

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2020

Sumário

Apresentação.....	2
1. Matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária	3
ANEXO I - Destinação do Lucro Líquido (conforme Instrução 481 - Anexo 9-1-II).....	5
ANEXO II - Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia (nos termos do Item 10 do Formulário de Referência).....	12
Anexo IV- Instalação e eleição dos membros do Conselho Fiscal.....	67
ANEXO V – Remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal (informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência)	73
2. Matéria constante da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária	4
Anexo III - Eleição de 1 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia.....	62

LIGHT S.E.SA.
CNPJ/ME Nº 60.444.437/0001-46
NIRE Nº 33.3.0010644-8
CAPITAL ABERTO

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA**

Prezados Senhores,

A Administração da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA" ou Companhia") submete à apreciação de sua acionista sua proposta sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") a realizar-se em 28 de abril de 2020, às 16 horas, na sede da Companhia, na Av. Marechal Floriano, 168, Centro, Rio de Janeiro-RJ, constante da ordem do dia, nos termos abaixo propostos ("Proposta"):

Todas as informações e os documentos referidos na presente Proposta e previstos na Instrução CVM nº 481/09, assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e no seu website (ri.light.com.br), no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), no website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), bem como foram contemplados nos Anexos da presente Proposta.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020.

A Administração

Matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária

I. As contas dos administradores, o relatório da administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Para deliberar sobre este item, são disponibilizados aos acionistas, conforme Instrução CVM nº 481/09:

- (i) o Relatório da Administração;
- (ii) Cópia das Demonstrações Financeiras do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019;
- (iii) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma do item 10 do Formulário de Referência previsto na Instrução CVM 480/09, conforme **Anexo II** da presente Proposta;
- (iv) Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia; e
- (v) Parecer do Conselho Fiscal, datado de 10 de março de 2020.

II. Proposta de destinação do resultado da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e distribuição de dividendos

Para deliberar sobre este item, é disponibilizada aos acionistas a Proposta de destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, na forma do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09, conforme **Anexo I** da presente Proposta.

III. Instalação e fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia

De acordo com o disposto no art. 19 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal é órgão de funcionamento não permanente, devendo ser composto, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Atualmente, o Conselho Fiscal da Companhia é composto de 3 (três) conselheiros efetivos e respectivos suplentes. Assim, a Administração submete à deliberação da acionista a instalação do Conselho Fiscal e sua composição por 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes.

IV. Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia

A Companhia esclarece que recebeu as seguintes indicações de candidatos para o Conselho Fiscal:

Titulares	Suplentes
Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna	João Alan Haddad
Marcelo Souza Monteiro	Michele da Silva Gonsales
Domenica Eisentein Noronha	Maurício Rocha Alves de Carvalho

Caso instalado o Conselho Fiscal, seus membros exercerão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2021.

No **Anexo III** constam as informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência a respeito dos candidatos indicados pelos acionistas à eleição para os cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal.

V. Fixação da remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2020

Caso instalado o Conselho Fiscal, a Administração propõe, conforme **Anexo IV** à presente Proposta, como remuneração anual dos membros o valor total de R\$ 373.351,00 (trezentos e setenta e três mil, trezentos e cinquenta e um reais) para o exercício de 2020, referente ao período de janeiro a dezembro de 2020.

Para esse fim, é disponibilizado o item 13 do Formulário de Referência previsto no Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09.

VI. Fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020

A Administração propõe, conforme **Anexo IV** à presente Proposta, como remuneração anual global dos administradores o valor total de R\$ 20.310.110,00 (vinte milhões, trezentos e dez mil e cento e dez reais) para o exercício de 2020, referente ao período de janeiro a dezembro de 2020.

Para esse fim, é disponibilizado o item 13 do Formulário de Referência previsto no Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09.

2. Matéria constante da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária:

I. Eleição de 1 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia

Na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 12 de dezembro de 2019, foram eleitos 9 (nove) membros para o Conselho de Administração, sendo: (i) 8 (oito) membros, pelo processo de chapa; e (ii) 1 (um) membro, como representante dos empregados no Conselho de Administração.

Tendo em vista a renúncia do Sr. Ivan de Sousa Monteiro, apresentada no dia 11 de fevereiro de 2020, impõe-se a deliberação sobre eleição de 1 (um) membro do Conselho de Administração para cumprir o prazo remanescente do mandato, nos termos do art. 8º do Estatuto Social da Companhia.

Segue, abaixo, o candidato indicado para o cargo vago de membro do Conselho de Administração. No Anexo IV constam as informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência:

Hélio Paulo Ferraz, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 024.884.777-53 e identidade nº 21.461, expedida pela OAB – RJ.

O membro do Conselho de Administração exercerá mandato até a assembleia geral ordinária de acionista a ser realizada em 2021.

Segue, abaixo, o candidato indicado para o cargo vago de membro do Conselho de Administração. No Anexo V constam as informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência:

Hélio Paulo Ferraz, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 024.884.777-53 e identidade nº 21.461, expedida pela OAB – RJ, com endereço comercial na Rua da Candelária nº 09, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro –RJ.

O membro do Conselho de Administração exercerá mandato até a assembleia geral ordinária de acionista a ser realizada em 2021.

**ANEXO I - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
(CONFORME INSTRUÇÃO 481 (ANEXO 9-1-II))**

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício de 2019 foi de R\$1.153.357.983,73 (Um bilhão, cento e cinquenta e três milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, novecentos e oitenta e três e setenta e três centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Lucro Líquido do Exercício	1.153.357.983,73
Compensação de Prejuízo Acumulado	-
	1.153.357.983,73
 (-) Constituição de Reserva Legal	 57.667.899,19
Lucro Líquido Ajustado	1.095.690.084,54
 % de dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social	 25%
Dividendo mínimo obrigatório calculado com base no lucro líquido ajustado	273.922.521,14
 Dividendos por ação	 0,00070

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável, tendo em vista a proposta da administração de reter os dividendos, conforme descrito no item 11, c abaixo.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável, tendo em vista que não haverá distribuição com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio (JCP), de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Dividendos – ações ordinárias	-
Dividendo mínimo obrigatório calculado com base no lucro líquido ajustado	273.922.521,14
(+) Dividendos complementares à distribuição do resultado	-

(=) Dividendos totais referentes a distribuição do resultado	273.922.521,14
Dividendos – ações ordinárias	273.922.521,14
(÷) Número de ações ordinárias, exceto ações em tesouraria	392.849.277.746
(=) Dividendos por ação	0,00070

O valor bruto total de dividendos propostos é de R\$ 273.922.521,14 (duzentos e setenta e três milhões, novecentos e vinte e dois mil, quinhentos e vinte e um e quatorze centavos) do lucro líquido de 2019, equivalente a R\$0,00070 por ação.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável tendo em vista a proposta da administração de reter os dividendos, conforme descrito no item 11, c abaixo.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável tendo em vista a proposta da administração de reter os dividendos, conforme descrito no item 11, c abaixo.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável tendo em vista a proposta da administração de reter os dividendos, conforme descrito no item 11, c abaixo.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Itens não aplicáveis, tendo em vista que não ocorreu declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio (JCP) com base em balanços semestrais ou em períodos menores.

c. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não ocorreu declaração de dividendos ou juros sobre capital com base em períodos intermediários.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2019	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.153.358	76.709	93.055
Lucro líquido do exercício por ação ⁽¹⁾	0,0039	0,00034	0,00042

⁽¹⁾ Em 2019 o cálculo foi feito com a média ponderada do número de ações ordinárias, por conta do aumento de capital ocorrido em julho de 2019.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2019	2018	2017
Dividendo mínimo obrigatório com base em 25% do lucro ajustado	273.923	18.219	22.101
(+) Dividendos complementares à distribuição do resultado	-	-	-
(=) Dividendos referentes a distribuição do resultado	273.923	18.219	22.101
Dividendos - ações ordinárias	0,00070	0,000081	0,000099
% Dividendos sobre lucro líquido ajustado	25%	25%	25%
Nº de Ações Ordinárias	392.849.277.746	223.647.509.255	223.647.509.244
Dividendos por ação - Ações ordinárias	0,00070	0,000081	0,000099

*Proposta da Administração, ainda a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Em conformidade com o disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76, torna-se necessária a aplicação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido à constituição da reserva legal, ou seja, **R\$ 59.095.385,55**

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

	2019	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	1.153.358	76.709	93.055
(-) Compensação de Prejuízo Acumulado	-	-	-
	<u>1.153.358</u>	<u>76.709</u>	<u>93.055</u>
Constituição de Reserva Legal (5% do lucro líquido)	<u>57.668</u>	<u>3.835</u>	<u>4.653</u>

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Itens não aplicáveis, tendo em vista que a companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme o Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas farão jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei 6.404/76.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

O dividendo mínimo obrigatório vem sendo pago integralmente

c. Informar o montante eventualmente retido

A administração propõe reter 100% (cem por cento) do dividendo obrigatório, no valor de R\$273.922.521,14 (Duzentos e setenta e três milhões, novecentos e vinte e dois mil, quinhentos e vinte e um reais e quatorze centavos).

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

A administração propõe a alocação da totalidade do dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$273.922.521,14, em reserva especial da Companhia, nos termos do art. 202, §4º da Lei nº 6.404/76.

Tendo em vista a pandemia mundial do novo Coronavírus (Covid-19) e as recomendações e decisões das autoridades governamentais, a administração constatou não ser possível mensurar ainda os reflexos na operação, receitas tarifárias e arrecadação da Companhia. Nesse tocante, a alocação do dividendo mínimo obrigatório em reserva especial da Companhia é uma medida prudente que visa a preservar sua saúde financeira diante das incertezas decorrentes deste panorama atual.

Em 25 de março de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução Normativa ANEEL nº 878, de 24 de março de 2020 ("Resolução ANEEL"), que trata da adoção de medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de novo Coronavírus (Covid-19). Dentre as várias medidas previstas, a ANEEL suspendeu o direito das distribuidoras de cortar o fornecimento de energia por falta de pagamento das contas de luz por 90 dias, aplicável em relação a todos os consumidores residenciais e prestadores de serviços essenciais.

Na medida em que a Companhia presta um serviço essencial, é evidente que a paralisação ou redução de suas atividades não é uma alternativa. Nesse sentido, a Resolução ANEEL poderá ter um impacto considerável na receita da Companhia. Além disso, a recomendação do Ministério da Saúde e do Governo do Estado do Rio de Janeiro de estabelecer um período de *lockdown* prolongado no país resultará na redução do volume do consumo de energia, o que já vem sendo percebido pela Companhia.

Vale ressaltar que a Companhia registrou, em 31 de dezembro de 2019, caixa no valor de R\$ 881,1 milhões e possui dívidas a vencer no curto prazo no valor de R\$ 1,373 bilhão. Apesar de ter caixa para honrar com referidos pagamentos, a Companhia também tem a obrigação de realizar investimentos, para manter a qualidade dos seus serviços, assim como assegurar a operação corrente com o pagamento de funcionários, prestadores de serviços, compra de energia, encargos setoriais e impostos, entre outros.

Desse modo, e considerando como premissa as incertezas do momento, a retenção dos dividendos possibilitará a Companhia ter a robustez financeira necessária para enfrentar esse momento adverso, prestando seus serviços com qualidade e buscando cumprir suas obrigações de forma adequada.

Assim, os administradores entendem ser prudente a retenção, estritamente nos termos do art. 202, parágrafo 4º da Lei das S.A., do dividendo mínimo obrigatório como uma medida protetiva no atual cenário.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável**
- d. Justificar a constituição da reserva**

Itens não aplicáveis, tendo em vista que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Itens não aplicáveis, tendo em vista que não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**
- b. Identificar o montante destinado à reserva**
- c. Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção**

Foi constituída reserva de retenção de lucros no montante de **R\$821.767.563,41** (oitocentos e vinte e um milhões, setecentos e sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta e três reais e quarenta e um centavos).

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Com relação aos investimentos constantes no Orçamento de Capital para o exercício findo em 2019, foram realizados 2,5% acima dos valores previstos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Aplicações Light SESA - 2019 - R\$ MIL	Previsto	Realizado	A Realizar
Investimentos em Ativos Elétricos	708.804	733.062	(24.258)
Distribuição	392.099	395.564	(3.465)
Ações Convencionais de Combate à Perdas	174.391	171.933	2.458
Novas Tecnologias de Combate à Perdas	54.143	57.186	(3.043)
Transmissão	88.171	108.378	(20.207)
Investimentos em Ativos Não Elétricos	86.476	82.077	4.399
Comercial	12.219	11.301	918
TI	56.466	56.233	233
Logística	161	161	-
Patrimônio	9.600	8.329	1.271
Finanças	8.030	6.052	1.978
Total	795.280	815.138	(19.858)

Atendendo ao previsto no parágrafo 2º, do artigo 196, da Lei nº 6.404/76, submete-se a seguinte proposta de Orçamento de Capital da Light SESA à Assembleia Geral Ordinária para o exercício de 2020, no valor de R\$847,4 mil, conforme fontes de financiamento abaixo:

Fontes de Recursos - R\$ MIL	2020
Retenção de Lucros do Exercício de 2019	821.767
Recursos Próprios ou de Terceiros	25.650
Total das Fontes de Recursos	847.417

A seguir é apresentado o resumo das aplicações do Orçamento de Capital para o exercício de 2020:

Aplicações Light SESA - R\$ MIL	2020
Investimentos em Ativos Elétricos	750.000
Distribuição	329.600
Ações Convencionais de Combate à Perdas	195.000
Novas Tecnologias de Combate à Perdas	130.000
Transmissão	95.400
Investimentos em Ativos Não Elétricos	97.417
Comercial	16.000
TI	57.500
Logística	4.800
Patrimônio	11.830
Finanças	7.287
Total	847.417

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva**
- b. Explicar a natureza da destinação**

Itens não aplicáveis, tendo em vista que não haverá destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

ANEXO II - Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia (nos termos do item 10 do Formulário de Referência)

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 desta Proposta da Administração são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Conforme descrito no item 10.4 dessa Proposta da Administração, a Companhia realizou mudanças nas práticas contábeis em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo CPC. Desse modo, algumas variações podem apresentar distorções quando comparadas com períodos anteriores.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais, demonstração de resultado e fluxo de caixa da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Em geral, os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas do item 10 abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente.

10. Comentários dos diretores:

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

10.1.a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Patrimônio Líquido e Caixa

R\$ mil	2019	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa com liquidez imediata	554.416	490.518	159.598
Títulos e Valores Mobiliários	326.743	492.913	47.013
Patrimônio Líquido	5.157.564	2.446.129	2.556.980
Dívida Líquida ¹	6.842.298	7.620.310	6.578.118
Dívida LÍq. / Patrimônio Líquido	1,33	3,0	2,6

⁽¹⁾ A dívida líquida corresponde ao somatório dos empréstimos e financiamentos, debêntures, benefícios pós-emprego, rendas a receber e a pagar swap (circulante e não circulante) e obrigações por arrendamento (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Vide reconciliação da dívida líquida apresentada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 5.157.564 mil, significando um aumento de 110,8%, ou R\$ 2.733.205 mil, em relação aos R\$ 2.446.129 mil totalizados em 31 de dezembro de 2018. Os diretores entendem que essa variação ocorreu em função do aumento do capital social no montante de R\$ 1.832.000 ocorrida em julho de 2019.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 2.446.129 mil, significando uma redução de 4,3%, ou R\$ 110.851 mil, em relação aos R\$ 2.556.980 mil totalizados em 31 de dezembro de 2017. Isto ocorreu devido ao resultado de 2018.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$ 2.556.980 mil, um aumento de 2,85%, ou R\$ 70.954 mil, em relação aos R\$ 2.486.026 mil totalizados em 31 de dezembro de 2016. Isto ocorreu devido ao resultado de 2017.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 554.416 mil e o montante de R\$ 326.743 mil em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$ 881.159 mil de disponibilidades.

Os Diretores entendem que (i) o capital de giro da Companhia é suficiente para suprir as atuais exigências; e (ii) os recursos de caixa da companhia, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes

para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$6.842.298, representando uma redução de 10,2% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, quando totalizavam R\$7.620.310. Essa redução foi impactada principalmente por conta da liberação de recursos pelo BNDES. Dessa forma, a relação dívida líquida/patrimônio líquido que atingiu 1,32 em 31 de dezembro de 2019 e resultou em 3,0 em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2019, 31,4% da dívida bruta possuía garantias reais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 490.518 mil e o montante de R\$ 492.913 mil em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$ 983.431 mil de disponibilidades. Os Diretores entendem que (i) o capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e (ii) os recursos de caixa da companhia, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$7.620.310 e a relação dívida ficou em 3,0x.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 159.598 mil e o montante de R\$ 47.013 mil em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$ 206.611 mil de disponibilidades. Os Diretores entendem que o capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$ 6.578.118 e a relação dívida ficou em 2,6x.

Indicadores de Endividamento e Patrimoniais

Índices de Endividamento	2019	2018	2017
Índice de Endividamento Geral (Passivo Total/Ativo total)	74,45%	83,12%	79,30%
Composição de Endividamento (Passivo Circulante/Passivo Total) ¹	24,72%	31,59%	43,34%
Imobilização do PL (Ativo Permanente/Patrimônio Líquido) ²	69,87%	151,82%	149,16%
Índices de Liquidez	2019	2018	2017
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	1,02	1,14	0,84
Liquidez Seca (Ativo Circulante – Estoques /Passivo Circulante)	1,00	1,13	0,83

¹ O passivo total equivale a soma do passivo circulante com o passivo não circulante.

² O índice de Imobilização do Patrimônio Líquido corresponde a divisão da (i) soma dos saldos de ativo de contrato, investimentos, imobilizado e intangível pelo (ii) patrimônio líquido.

O Índice de Endividamento Geral, que reflete a proporção dos ativos totais da Companhia financiados por credores, teve redução de 8,67 pontos percentuais na composição entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

A Composição do Endividamento indica se a Companhia concentra seu endividamento a curto ou longo prazo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, do montante referente ao principal de empréstimos, financiamento e debêntures, 16,76% (R\$1.309.222 mil) possuía vencimento no curto prazo (passivo circulante/ passivo total).

A Imobilização do Patrimônio Líquido indica o quanto do ativo de contrato, investimentos, imobilizado e intangível da Companhia está sendo financiado pelo seu Patrimônio Líquido. Quanto mais a Companhia investir em ativo de contrato, investimentos, imobilizado e intangível, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência de Capitais de Terceiros para o financiamento do Ativo Circulante. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, o perfil apresentado pela Companhia era compatível com setor capital intensivo, no qual grandes investimentos são necessários para a expansão e manutenção da base de ativos da Companhia, sendo necessário financiamento com capital de terceiros para fazer jus a esses investimentos.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentava capital circulante (ativo circulante deduzido do passivo circulante) positivo em R\$ 65.425 mil e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava

capital circulante positivo em R\$ 565.448 mil. Esse cenário ocorreu por conta do registro no passivo circulante de R\$273.923 mil referente ao dividendo mínimo obrigatório, decorrente do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Liquidez Corrente e a Liquidez Seca refletem a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo. Nesse sentido, a Companhia vem buscando captações de longo prazo com o objetivo de continuar alongando o vencimento da dívida.

A Diretoria entende que os indicadores apresentados pela Companhia são compatíveis com o setor em que está inserida e que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

10.1.b. Estrutura de capital

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza, frequentemente, captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações, o que explica a estrutura de capital da Companhia ser composta substancialmente por capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 25,6% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 74,4% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 17,0% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 83,0% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido).

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 20,7% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 79,3% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido).

Os Diretores da Companhia entendem que essa redução de capital de terceiros ocorrida ao longo dos últimos três exercícios está dentro da variação normal esperada tendo em vista as amortizações realizadas em 2019.

A variação da composição do capital social da Companhia pode ser observada na tabela abaixo:

Em R\$ mil

	2019	2018	2017
CAPITAL PRÓPRIO			
Patrimônio líquido	5.157.564	2.446.129	2.556.980
CAPITAL DE TERCEIROS			
Passivo circulante	3.714.699	3.791.320	4.245.450
Passivo não circulante	11.310.214	8.165.036	5.549.616
Total do Passivo circulante + não circulante	15.024.913	11.956.356	9.795.066
Total do passivo e patrimônio líquido	20.182.477	14.402.485	12.352.046

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo, respeitando os níveis de retorno e risco alinhados ao crescimento sustentável da Companhia.

Adicionalmente, a Diretoria da Companhia informa que não há e não houve possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, nos últimos três exercícios, além das legalmente previstas.

10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes, que poderão eventualmente ser adicionados à obtenção de recursos junto a instituições financeiras públicas e privadas, caso necessário, para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual.

Em 2019, 2018 e 2017, o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, foram necessários para cobrir os compromissos da Companhia.

10.1.d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia utilizou diversas fontes de recursos para o financiamento de suas atividades, incluindo linhas de crédito com bancos comerciais e bancos de desenvolvimento, tanto no Brasil, quanto no exterior, além da emissão de títulos de valores mobiliários. Para seus investimentos em ativos não circulantes, a Companhia utilizou linhas de financiamento de outros bancos e instituições financeiras de desenvolvimento.

Nos últimos três exercícios sociais, os recursos tomados pela Companhia foram provenientes de bancos e instituições de desenvolvimento, títulos e valores mobiliários e bancos comerciais.

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram: (i) Em 22 de janeiro de 2019, a Companhia quitou a 4ª nota promissória no total de R\$95.392; (ii) Em 01 de fevereiro de 2019, foi realizada a rolagem da dívida referente a operação via resolução nº 4131 entre a Companhia e o Citibank no valor de R\$657.342. A operação tem um ano de carência de principal, amortização semestral, pagamento de juros trimestrais e vencimento em agosto de 2022. Foi contratado uma operação de swap para proteção integral do principal, juros e imposto ao custo de CDI + 2,20% a.a.; (iii) Em 22 de fevereiro de 2019, a Companhia quitou a nota de crédito comercial com o Banco do Brasil no valor de R\$15.119; (iv) Em 26 de fevereiro de 2019, a Companhia recebeu a primeira liberação de recursos referente ao contrato de financiamento do capex 2017-2018 com o BNDES no valor de R\$200.000. A operação tem o custo de TLP + 3,16% a.a., com vigência de sete anos e amortizações mensais; (v) Em 30 de julho de 2019, a controlada Light SESA recebeu a última liberação de recursos referente ao contrato de financiamento do capex 2017-2018 com o BNDES no valor de R\$89.015; (vi) Em 05 de setembro de 2019, a Companhia realizou um pagamento antecipado de R\$ 375.498 de um total de R\$ R\$750.996 do financiamento junto ao Citibank pela operação via resolução nº 4131. O custo do swap para proteção integral do principal, juros e imposto era de CDI + 2,20% a.a. e foi alterado após recompra para CDI + 1,50% a.a. com vencimento em setembro 2021; (vii) Em 01 de outubro de 2019, a Light S.A anunciou o exercício da opção de resgate parcial dos *bonds* emitidos no mercado internacional na forma de *units*, conforme previsto na escritura. Como consequência do resgate, nos dias 16 e 17 de outubro de 2019, a Companhia preparou o desarme da proteção cambial com a descontratação do swap correspondente a 35% do saldo da dívida dos *bonds* concomitante com a contratação de NDFs com vencimento na data de pagamento do resgate; (viii) Em 04 de novembro de 2019, foi realizado o pré-pagamento de 35% da dívida dos *bonds* emitidos no mercado internacional na forma de *units*, com saldo de principal de US\$140 milhões. O saldo de principal remanescente da dívida foi de US\$260 milhões; (ix) Em 16 de dezembro de 2019, foi realizado o pré-pagamento pela Light SESA do contrato de financiamento do capex 2015-2016 com o BNDES com saldo principal no montante de R\$ 285.973; (x) Em 27 de dezembro de 2019 ocorreu a 5ª emissão da Nota Promissória pela Light SESA no valor de R\$ 300.000, sendo em três séries de R\$ 100.000 cada, com vencimento em 27 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, e custo de CDI + 1,25% a.a.. Esta operação tem como coordenador o Banco Santander; (xi) Em 15 de janeiro de 2019, a Companhia quitou a dívida referente à 1ª série da 12ª

emissão de debêntures, no montante de R\$50.948; (xii) Em 11 de fevereiro de 2019, a Companhia realizou o resgate antecipado integral da dívida referente à 2ª série da 12ª emissão de debêntures, no montante de R\$149.143; (xiii) Em 07 de maio de 2019, ocorreu a 16ª emissão de debêntures da Companhia, no montante de R\$617.950, por meio de 3 séries. Seguem abaixo os montantes e condições das séries:

Séries	Montante em R\$ mil	Taxa de juros a.a.	Vencimento
1ª Série	R\$132.500	CDI + 0,90%	15 de abril de 2022
2ª Série	R\$422.950	CDI + 1,25%	15 de abril de 2024
3ª Série	R\$62.500	CDI + 1,35%	15 de abril de 2025

(xiv) Em 09 de agosto de 2019, foi realizado o resgate antecipado total da 14ª emissão de debêntures da Companhia, junto ao Banco do Brasil, no valor de principal de R\$326.923. A operação tinha o custo de CDI+3,50% a.a., com vencimento em março de 2021; e (xv) Em 15 de outubro de 2019, ocorreu a 17ª emissão de debêntures da Light SESA, com a entrada dos recursos em 06 de dezembro de 2019 no montante de R\$700.000, por meio de 3 séries. Seguem abaixo os montantes e condições das séries:

Séries	Montante em R\$ mil	Taxa de juros a.a.	Vencimento
1ª Série	R\$500.400	CDI + 1,50%	15 de outubro de 2022
2ª Série	R\$ 50.000	CDI + 1,75%	15 de outubro de 2024
4ª Série	R\$149.600	IPCA + 5,25%	15 de outubro de 2026

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2018 foram: (i) Liberações do contrato da Companhia com o Banco IBM que totalizaram R\$20.048. As operações têm amortizações trimestrais, com vencimentos ao longo de 2020 e taxa de CDI + 3,9% a.a.; (ii) Em 01 de fevereiro de 2018, foi realizada a rolagem das dívidas da Companhia com o Citibank no valor de R\$632.000, com vencimento em 02 de agosto de 2021. A operação foi realizada por meio de operação 4131 com swap vinculado ao custo de CDI + 3,5% a.a.; (iii) Em 08 de fevereiro de 2018, foi realizada a captação de R\$150.000 da Companhia com o Banco do Brasil, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário. A operação tinha vencimento em 07 de agosto de 2018 e taxa de CDI + 3,5% a.a.; (iv) Em 08 de fevereiro de 2018, foi realizada a captação de R\$117.000 com o Banco Santander, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário. A operação tinha vencimento em 08 de agosto de 2018 e taxa de CDI + 3,5% a.a.; (v) Em 03 de maio de 2018, foram internalizados os recursos captados através da oferta no mercado internacional de *notes units*, consistentes de *senior notes* emitidas, com garantia fidejussória da Light ("*Notes Units*"). As *Notes Units* foram emitidas no mercado internacional no valor total de USD 400.000 com vencimento em 03 de maio de 2023 e farão jus a juros remuneratórios semestrais de 7,25% ao ano. A Companhia contratou hedge para todo o fluxo da operação, na modalidade full swap, com custo médio de 142,86% do CDI. Os recursos obtidos com essa emissão foram utilizados para o pagamento de dívidas de curto e longo prazo, para estender o vencimento de empréstimos e financiamentos e para o reforço de sua liquidez; (vi) Em 04 de junho de 2018, foi constituído o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") que é garantido pelos recebíveis da Companhia. O FIDC foi dividido em duas séries: 1ª série, de R\$1.000.000 com taxa de CDI + 1,20% a.a. e; 2ª série, de R\$400.000 com taxa de IPCA + 5,75% a.a. A dívida tem prazo de 6 anos, sendo um ano de carência com sessenta parcelas mensais e tem como principal objetivo a rolagem das dívidas vincendas. Após a Operação foi realizada a Emissão das Cotas Subordinadas do FIDC no montante de R\$35.104. As Cotas Subordinadas não foram objeto de distribuição pública e foram integralizadas exclusivamente pela Companhia com o objetivo de atender às condições precedentes para integralização de Cotas Seniores do FIDC (atendimento à relação mínima de 102,5% e composição das reservas iniciais do FIDC e com isto viabilizar a emissão de Cotas Seniores e consequentemente a cessão de direitos creditórios da Companhia; (vii) Em 26 de dezembro de 2018, a Companhia recebeu R\$ 1.337 referente ao subcrédito social do contrato de Financiamento BNDES - Capex 2013/16.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2017 foram: (i) 2017, foram realizadas liberações do contrato com a IBM que totalizaram R\$66.680. As operações possuem amortizações trimestrais, com vencimentos em 2019 e taxa de CDI + 3,9% a.a.; (ii) Em 01 de fevereiro de 2017, foi realizada a rolagem da dívida da Companhia com o Santander, no montante de R\$120.000 através de uma Cédula de Crédito Bancário. A dívida vence no dia 1º de agosto de 2018 e tem taxa de juros de CDI + 4,5% a.a.; (iii) Em 02 de fevereiro de 2017, foi realizada a rolagem das dívidas da Companhia com o Citibank através de uma monetização de swap. A rolagem foi no valor de R\$630.000, com vencimento em 1º de novembro de 2019. A operação foi realizada através de operação 4131 com swap vinculado ao custo de CDI + 3,5% a.a.; (iv) Em 21 de fevereiro de 2017, foi realizada a rolagem da Nota de Crédito da Companhia com o Banco do Brasil, no montante de R\$150.000. A operação tem 6 meses de carência e 10 amortizações bimestrais, com vencimento em 22 de fevereiro de 2019 e taxa de 140% do CDI.; (v) Em 03 de abril de 2017, foi liquidada a operação 4131 entre a Companhia e o banco BNP Paribas, com amortização única no montante de R\$76.609; (vi) Em 16 de junho de 2017, foi realizada a captação de recursos referente ao saldo remanescente do contrato de financiamento do Capex 2015-16 com o BNDES no montante de R\$130.614, sendo R\$74.608 do subcrédito A e C com taxa de TJLP + 3,74% a.a. e R\$56.006 do subcrédito B com taxa Selic + 4,08% a.a. O contrato tem vencimento em 15 de março de 2023; (vii) Em dezembro foi liquidada a 4ª Emissão Nota Promissória no valor de R\$ 400.000, sendo R\$ 200.000 liberados no dia 21 e mais R\$ 200.000 no dia 27 de dezembro. Esta operação tem como coordenadores a XP Investimentos e o Banco Itaú BBA, com taxa de CDI + 3,5% a.a. e vencimento em 22 de janeiro de 2019; (viii) Em 28 de dezembro de 2017 foi liberado R\$ 600 mil referente a saldo remanescente do financiamento capex 2011/2012 com o BNDES. Este subcrédito refere-se a projetos sociais; (ix) Em 07 de julho de 2017 ocorreu a 12ª emissão de debêntures da controlada Light Serviços no valor de R\$ 400.000,00 com a XP Investimentos, sendo em 3 séries: A 1ª série de R\$ 198.778, com custo de CDI+4,0% a.a. e vencimento em 15 de janeiro de 2019. A 2ª série de R\$ 147.889 com custo de CDI+ 4,20% a.a. e vencimento em 15 de julho de 2020 e a 3ª série de R\$ 53.333 com custo de IPCA + 9,092% a.a. e vencimento também em 15 de julho de 2020; (x) Em 01 de novembro de 2017 foi liquidada a 13ª Emissão de debêntures (infra estrutura) da controlada Light Serviços, no montante de R\$ 458.664 com os coordenadores XP Investimentos e Itaú. A dívida tem custo de IPCA + 7,4366%, com vencimento em 15 de outubro de 2022.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2016 foram: (i) liberações de recursos por parte do BNDES no montante de R\$ 356 milhões, sendo R\$ 342 milhões referentes ao contrato de financiamento do Capex 2015-16, R\$ 14 milhões referentes ao contrato para Capex de projetos voltados ao atendimento das Olimpíadas, ambos para a Light SESA, e R\$ 28 milhões referentes à construção da Pequena Central Hidrelétrica Lajes para Lajes Energia; (ii) rolagem de dívida da Light SESA com o Banco Santander no valor de R\$ 120 milhões através de uma operação via Lei 4131 com swap vinculado no risco em CDI; (iii) captação de recursos em moeda estrangeira para reforço de capital de giro, junto ao China Construction Bank, para a Light SESA, com proteção total à exposição cambial através de operação de swap no risco em CDI, no valor de R\$ 124,4 milhões; (iv) rolagem da 3ª Emissão de Nota Promissória da Light SESA através da 11ª emissão de Debêntures no montante total de R\$ 175 milhões junto ao Banco do Itaú e Bradesco, e contratação de Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$100 milhões, junto a Caixa Econômica Federal; v) rolagem de dívida com o Bradesco no R\$ 180 milhões através de uma contratação de Cédula de Crédito Bancário para a Light SESA.

10.1.e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As necessidades de financiamento do capital de giro e do CAPEX foram atendidas, nos últimos 03 (três) exercícios sociais, por meio de contratação de financiamento junto a instituições financeiras, principalmente BNDES, e também por meio da utilização da geração de caixa própria.

Os Diretores da Companhia acreditam que caso haja a necessidade de realização de novos investimentos em ativos não circulantes ou caso a capacidade de geração de caixa e equivalentes de caixa da Companhia seja insuficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, a Companhia poderá realizar a contratação de novas operações de capital de giro de curto prazo com instituições financeiras ou utilizar linhas de crédito já contratadas. A necessidade de captação de operações mais estruturadas tem o objetivo de (i) alongamento do perfil da dívida para manutenção do nível de alavancagem; e (ii)

equacionamento do fluxo de caixa de médio e longo prazo de forma que atenda as expectativas dos acionistas e credores.

10.1.f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta (soma dos empréstimos e financiamentos, debêntures, rendas a receber e a pagar swap, benefícios pós-emprego e obrigações por arrendamento - circulante e não circulante) da Companhia era de R\$7.723,4 milhões e a dívida líquida (soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, rendas a receber e a pagar swap, benefícios pós-emprego e obrigações por arrendamento, circulante e não circulante, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) era de R\$6.842,2 milhões. Do valor da dívida bruta, 17,8% (R\$1.403,5 milhões) possuía vencimento no curto prazo e 82,2% (R\$6.319,9 milhões) possuía vencimento no longo prazo.

A tabela abaixo mostra os valores das dívidas dos últimos 3 exercícios:

Light S.E.S.A.

Em R\$ Milhões	31/12/2019	31/12/2018 ⁽¹⁾	31/12/2017 ⁽²⁾
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	3.435.804	4.606.334	2.845.375
Debêntures (circulante e não circulante)	4.441.908	4.210.593	3.801.546
(+/-) Saldo de ativos e passivos de swap (circulante e não circulante)	(230.417)	(213.186)	88.032
Benefícios pós-emprego (circulante e não circulante)	-	-	49.776
Obrigações por arrendamento (circulante e não circulante)	76.162	-	-
Dívida Bruta	7.723.457	8.603.741	6.784.729
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	554.416	490.518	159.598
(-) Títulos e valores mobiliários	326.743	492.913	47.013
Dívida Líquida	6.842.298	7.620.310	6.578.118

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2019, o valor do principal de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) eram de R\$ 3.414.930 mil e R\$ 4.398.578 mil, respectivamente, totalizando o montante de R\$ 7.813.508 mil.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2017, o valor do principal de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) eram de R\$ 2.802.087 mil e R\$ 3.555.870 mil, respectivamente, totalizando o montante de R\$ 6.357.957 mil.

10.1.f.i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Diretoria da Companhia destaca abaixo as operações de empréstimos, financiamentos e debêntures contratadas pela Companhia e suas subsidiárias nos últimos 3 anos, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2019.

Os contratos vigentes com o BNDES têm garantias de recebíveis e contam com garantia fidejussória da Companhia. Os contratos com a Eletrobrás são garantidos por notas promissórias e garantia corporativa da Companhia. As dívidas referentes à confissão de dívida com a União Federal contam com cessão fiduciária de direitos creditórios e possuem caução e o FIDC possui garantias de recebíveis pela Light S.E.S.A. Os demais contratos contam com a garantia fidejussória da Companhia, sem garantias reais.

Notes Unites

Em 03 de maio de 2018, foram emitidas *notes units* no mercado internacional, no valor total de US\$ 600 milhões, consistentes de (i) *senior notes* no valor de US\$ 400 milhões de emissão da Light S.E.S.A. e (ii) *senior notes* no valor de US\$ 200 milhões de emissão da Light Energia As *notes units* possuem vencimento em 03 de maio de 2023 e fazem jus a juros remuneratórios semestrais de 7,250% ao ano. Para garantir a proteção contra impacto da variação cambial sobre principal e juros, a Light S.E.S.A. e a Light Energia contrataram hedge para todo o fluxo da operação, na modalidade full swap, com custo médio de 142,86% do CDI.

Em 01 de outubro de 2019, a Companhia anunciou o exercício da opção de resgate parcial dos *bonds* emitidos no mercado internacional na forma de *units*, conforme previsto na escritura. Como consequência do resgate, nos dias 16 e 17 de outubro de 2019, a Companhia preparou o desarme da proteção cambial com a descontratação do swap correspondente a 35% do saldo da dívida dos *bonds* concomitante com a contratação de NDFs com vencimento na data de pagamento do resgate.

Em 04 de novembro de 2019, foi realizado o pré-pagamento de 35% das *notes units*, com saldo de principal totalizando US\$210 milhões, sendo US\$140 milhões da controlada Light S.E.S.A. e US\$70 milhões da controlada Light Energia. O saldo de principal remanescente da dívida é de US\$390 milhões, sendo US\$260 milhões da controlada Light S.E.S.A. e US\$130 milhões da controlada Light Energia.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto (correspondente a soma do principal e encargos da referida operação) era de R\$ 1.060.012 mil na Light S.E.S.A. e de R\$ 530.006 mil na Light Energia.

Light S.E.S.A.

- (i) Em 27 de dezembro de 2019, ocorreu a 5ª emissão da Nota Promissória pela controlada Light SESA no valor de R\$ 300.000, sendo em três séries de R\$ 100.000 cada, com vencimento em 27 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, e custo de CDI + 1,25% a.a.. Esta operação tem como coordenador o Banco Santander. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto (correspondente a soma do principal e encargos) do referido contrato era de R\$ 300,2 milhões.
- (ii) Em 05 de setembro de 2019, a controlada Light SESA realizou um pagamento antecipado de R\$ 375.498 de um total de R\$750.996 do empréstimo junto ao Citibank pela operação via Resolução nº 4131. O saldo remanescente do empréstimo teve o custo do swap para proteção integral do principal, juros e imposto reduzido de CDI + 2,20% a.a. para CDI + 1,50% a.a. O empréstimo tem vencimento em setembro 2021. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto (correspondente a soma do principal e encargos) do referido contrato era de R\$ 363,6 milhões.
- (iii) Em 05 de junho de 2018 foi encerrada a distribuição de 1.400 milhões de cotas seniores de emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Light ("FIDC"), divididas em duas séries: (i) 1ª série de cotas seniores composta de 1.000 milhões de cotas, totalizando o valor de R\$ 1.000 milhões na primeira data de integralização, com remuneração equivalente ao CDI acrescido de 1,20% ao ano; e (ii) 2ª série de cotas seniores composta de 400 milhões de cotas, totalizando o valor de R\$ 400 milhões na data da primeira integralização, com remuneração equivalente ao IPCA acrescido de 5,75% ao ano. A dívida tem prazo de 6 anos, sendo um ano de carência com sessenta parcelas mensais. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto (correspondente a soma do principal e encargos) do referido contrato era de R\$ 1.303,4 milhões.
- (iv) Entre 10 de janeiro de 2017 e 25 de abril de 2018, a Light S.E.S.A. realizou liberações através de Cédulas de Crédito Bancário – CCB em face do Banco IBM S.A. que totalizaram R\$86.728 mil. As operações têm amortizações trimestrais, com vencimentos ao longo de 2020 e taxa de CDI + 3,9% a.a. Em 26 de abril de 2018 foi realizado o 5º aditamento desta linha de crédito alterando a taxa de juros de CDI + 3,9% para CDI + 2,97%. Após o aditamento, foram realizadas liberações que totalizaram R\$5.688 mil, totalizando R\$92.416 mil liberados. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto (correspondente a soma do principal e encargos) era de R\$ 5,5 milhões.
- (v) Em 10 de setembro de 2012, 15 de junho de 2013, 09 de maio de 2014, 07 de julho de 2017, 15 de outubro de 2017, 15 de outubro de 2018, 07 de maio de 2019 e 15 de outubro de 2019 a Light S.E.S.A. completou a 8ª, 9ª, 10ª, 12ª, 13ª, 15ª, 16ª e 17ª emissões de debêntures, respectivamente, no valor agregado de R\$ 5.349,9 milhões, com vencimento entre 15 de janeiro de 2019 e 15 de outubro de 2026. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto das debêntures (circulante e não circulante) emitidas pela Light S.E.S.A. era de R\$ 4.512,9 milhões. As debêntures fazem jus aos seguintes juros remuneratórios e/ou atualização monetária:
 - a. 8ª Emissão de Debêntures - juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 1,18% ao

- ano;
- b. 9ª Emissão de Debêntures - (i) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 1,15% ao ano, no caso da primeira série; e (ii) atualização monetária segundo a variação do IPCA, acrescido de taxa de juros de 5,74% ao ano, no caso da segunda série;
 - c. 10ª Emissão de Debêntures - juros remuneratórios de 115% do CDI;
 - d. 12ª Emissão de Debêntures - (i) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 4,00% ao ano, no caso da primeira série; (ii) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 4,20% ao ano, no caso da segunda série; e (iii) atualização monetária segundo a variação do IPCA, acrescido de juros remuneratórios de 9,092% ao ano, no caso da terceira série;
 - e. 13ª Emissão de Debêntures - atualização monetária segundo a variação do IPCA, acrescido de taxa de juros de 7,44% ao ano;
 - f. 15ª Emissão de Debêntures - (i) atualização monetária segundo a variação do IPCA, acrescido de juros remuneratórios de 6,83% ao ano, no caso da primeira série; e (ii) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 2,20% ao ano, no caso da segunda série (conforme aditada em 19 de setembro de 2018 e em 11 de outubro de 2018);
 - g. 16ª Emissão de Debêntures - (i) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 0,90% ao ano, no caso da primeira série; (ii) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 1,25% ao ano, no caso da segunda série; e (iii) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 1,35% ao ano, no caso da terceira série; e
 - h. 17ª Emissão de Debêntures - (i) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 1,50% ao ano, no caso da primeira série; (ii) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 1,75% ao ano, no caso da segunda série; e (iii) atualização monetária segundo a variação do IPCA, acrescido de juros remuneratórios de 5,25% ao ano, no caso da quarta série.
- (vi) Em 16 de abril de 2014, a Light S.E.S.A. celebrou o Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento do Projeto Smart Grid com a FINEP, no montante total de R\$174,2 milhões, dos quais R\$141,1 milhões foram desembolsados em 16 de maio de 2014. O Projeto Smart Grid consiste de um projeto para instalar medidores eletrônicos nas unidades de nossos clientes, permitindo que a Light S.E.S.A seja capaz de medir o consumo de energia remotamente. A data de vencimento é 15 de maio de 2022 e sobre o valor do principal incidem juros de 4% ao ano. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto (correspondente a soma do principal e encargos) era de R\$ 56,1 milhões.
- (vii) Em 29 de abril de 1996, a Light S.E.S.A. celebrou contrato com a União Federal, com interveniência anuência do Banco do Brasil S.A., confessando um débito junto ao Tesouro Nacional no valor de R\$ 455,5 milhões, com vencimento em 15 de abril de 2024. Os juros remuneratórios variam entre LIBOR, LIBOR acrescido de taxa de juros fixa e taxa de juros fixa no valor de 1% a 8% ao ano. Este contrato contém cessão fiduciária de direitos creditórios e possui caução. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto (correspondente a soma do principal e encargos) do referido contrato era de R\$ 26,1 milhões.

Financiamentos Light S.E.S.A. com o BNDES

(vii) Em 28 de dezembro de 2018, a Light S.E.S.A. celebrou Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento dos seus programas de investimentos para o biênio 2017-2018 junto ao BNDES, com o

primeiro desembolso em 26 de fevereiro de 2019 no valor de R\$ 200.000 mil com taxa de juros de Taxa de Longo Prazo - TLP acrescida de 3,16% ao ano e vencimento em 15 de abril de 2026. Em 30 de julho de 2019, a controlada Light SESA efetuou a segunda liberação de recursos referente a este contrato no valor de R\$89.015. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto (correspondente a soma do principal e encargos) do referido contrato era de R\$ 268,1 milhões.

(viii) Em 21 de novembro de 2016, a Light S.E.S.A. celebrou Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento dos seus programas de investimentos para o biênio 2015-2016 junto ao BNDES, cujos valores financiados, desembolsados em 26 de dezembro de 2016 e as respectivas remunerações estão discriminados a seguir. Em 16 de dezembro de 2019, foi realizado o pré-pagamento pela controlada Light SESA do contrato de financiamento do capex 2015-2016 com o BNDES com saldo principal no montante de R\$ 285,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, não havia saldo em aberto (correspondente a soma do principal e encargos) do referido contrato.

- a. Subcrédito A: no valor de R\$194,9 milhões, com taxa de juros de TJLP acrescida de 3,74% ao ano e vencimento em 15 de março de 2023;
- b. Subcrédito B: no valor de R\$194,9 milhões, com taxa de juros Selic de 4,08% ao ano e vencimento em 15 de março de 2023;
- c. Subcrédito C: no valor de R\$82,6 milhões, com taxa de juros de TJLP acrescida de 3,74% ao ano e vencimento em 15 de março de 2023;
- d. Subcréditos D e E: cancelados; e
- e. Subcrédito F: no valor de 2,4 milhões, com taxa de juros de TJLP e vencimento em 15 de março de 2023.

(ix) Em 11 de setembro de 2014, a Light S.E.S.A. celebrou Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento dos seus programas de investimentos para o biênio 2013-2014 junto ao BNDES, na modalidade FINEM direto, cujos valores financiados, desembolsados e as respectivas remunerações estão discriminados abaixo. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto (correspondente a soma do principal e encargos) do referido contrato era de R\$ 135,9 milhões.

- a. Subcréditos A e D: no valor de R\$ 269,7 milhões, dos quais foram desembolsados R\$195,8 milhões até 30 de setembro de 2018, com taxa de juros de TJLP acrescida de 2,78% ao ano e vencimento em 15 de março de 2021;
- b. Subcréditos B e E: no valor de R\$115,6 milhões, dos quais foram desembolsados R\$83,9 milhões até 30 de setembro de 2018, com taxa de juros de SELIC acrescida de 2,78% ao ano e vencimento em 15 de março de 2021;
- c. Subcrédito C: no valor de R\$191,9 milhões, dos quais foram desembolsados R\$131,2 milhões até 30 de setembro de 2018, com taxa de juros fixa de 6% ao ano e vencimento em 15 de agosto de 2024; e
- d. Subcrédito F: no valor de R\$ 2,9 milhões, com taxa de juros de TJLP ao ano e vencimento em 15 de setembro de 2019, o qual não foi desembolsado.

(x) Em 03 de dezembro de 2013, a Light S.E.S.A. celebrou Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento dos seus programas de investimentos para os anos de 2013-2016 junto ao BNDES, firmados com o BNDES, relacionado aos jogos olímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro, no valor total de R\$ 276,9 milhões, cujos valores financiados, desembolsados e as respectivas remunerações estão discriminados abaixo. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto (correspondente a soma do principal e encargos) do referido contrato era de R\$ 32,4 milhões.

- a. Subcrédito A: no valor de R\$ 23,3 milhões, com taxa de juros de TJLP acrescida de 2,58% ao ano e vencimento em 15 de dezembro de 2020;

- b. Subcrédito B: no valor de R\$ 23,3 milhões, com taxa de juros de TJLP acrescida de 3,58% ao ano e vencimento em 15 de dezembro de 2020;
- c. Subcrédito C: no valor de R\$ 18,6 milhões, com taxa de juros de SELIC acrescida de 2,58% ao ano e vencimento em 15 de dezembro de 2020;
- d. Subcrédito D: no valor de R\$ 31,4 milhões, com taxa de juros de TJLP acrescida de 2,58% ao ano e vencimento em 15 de dezembro de 2021;
- e. Subcrédito E: no valor de R\$ 31,4 milhões, com taxa de juros de TJLP acrescida de 3,58% ao ano e vencimento em 15 de dezembro de 2021;
- f. Subcrédito F: no valor de R\$ 25,1 milhões, com taxa de juros de SELIC acrescida de 2,58% ao ano e vencimento em 15 de dezembro de 2021;
- g. Subcrédito G: no valor de R\$ 122,4 milhões, com taxa de juros fixa de 3,50% ao ano e vencimento em 15 de dezembro de 2023; e
- h. Subcrédito H: no valor de R\$ 1,3 milhões (desembolsados em 26 de dezembro de 2010), com taxa de juros de TJLP e vencimento em 15 de dezembro de 2021.

10.1.f.ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, a Companhia, nos últimos três exercícios sociais, não manteve outras relações de longo prazo com instituições financeiras de valores relevantes.

10.1.f.iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia esclarece que não há e não existiu durante os três últimos exercícios sociais, grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, exceto por aquelas dívidas garantidas por direito real, que estão configuradas nos contratos celebrados com o BNDES, o FIDC, a Eletrobrás e o Tesouro Nacional, sendo que citadas dívidas não possuíam grau de subordinação entre si por possuírem garantias reais, apresentadas sob a forma de cessão fiduciária ou penhor de receitas, conforme os termos de cada contrato.

Na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a Companhia adotará os preceitos da Lei nº 11.101/05 para compor a ordem de preferência em concurso universal de credores.

10.1.f.iv eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia está sujeita a *covenants* que podem resultar no vencimento antecipado de seu endividamento, incluindo *cross-default*. Dentre os *covenants financeiros*, as debêntures, notas promissórias, cédulas de crédito bancário, empréstimos e financiamentos (incluindo aqueles com o BNDES) preveem a manutenção dos seguintes índices financeiros, conforme definidos nos respectivos contratos, em todos os casos e de maneira consolidada:

- Quociente da divisão da Dívida Líquida para Fins de *Covenants*/EBITDA para *covenants*, menor ou inferior à escala de 3.50:1.00 a 3.75:1.00, conforme previsto nos respectivos contratos. Com exceção (a) das *Notes Units*, cujo referido índice é de 3.50:1.00; e (b) da 8ª emissão de debêntures da Light S.E.S.A. e da 3ª emissão de debêntures da Light Energia, cujo referido limite passou de 3,75:1.00 para 3,50:1.00 a partir do trimestre encerrado em 30 de junho de 2019, os demais contratos financeiros da Companhia preveem a obrigação de manutenção de índice financeiro Dívida Líquida para Fins de *Covenants* menor ou inferior à escala de 3.75:1.00, quando aplicável;

- Taxa de juros de cobertura igual ou maior que a escala de 2.00:1.00 a 2.50:1.00, quando aplicável.

Exceto com relação às *Notes Units*, o vencimento antecipado das dívidas, de acordo com os contratos, ocorre quando não se atende a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados. No caso das *Notes Units*, o descumprimento de índices financeiros acarreta a imposição de um limite para contratação de novas dívidas.

Nossas *Notes Units* também incluem certas obrigações, incluindo limitação sobre ônus, limitação de pagamento de dividendos e investimentos em coligadas, limitação na incidência de endividamento e limitação de vendas de ativos, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente, exceto para os Bonds. Os Bonds possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida, e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia ultrapassou o limite de 3,50 vezes do indicador dívida líquida/EBITDA, sendo obrigada a respeitar os limites de franquia para novas dívidas até reenquadrar o referido indicador.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia atendeu a todos os indicadores requeridos contratualmente.

A Companhia possui, ainda, contratos de dívida celebrados junto a instituições financeiras que possuem cláusulas restritivas relativas a: (i) alienação de ativos permanentes que representem um montante mínimo de R\$ 50 milhões; (ii) qualquer mudança, transferência, ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário da Companhia ou de qualquer um dos garantidores dos contratos; (iii) contratação de novas dívidas; e (iv) inadimplemento e vencimento antecipado cruzado (*cross default* e *cross acceleration*). Há, ainda, contratos financeiros que possuem restrições à distribuição de dividendos, sendo necessária anuência prévia para pagamento dos dividendos acima do mínimo obrigatório legal.

10.1.g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais contratados e percentuais já utilizados

- Contrato de financiamento BNDES Capex 2013/2014 da Light S.E.S.A. tem valor total de R\$580,0 milhões, dos quais R\$410,9 milhões já foram liberados até 31 de dezembro de 2018 e já foi totalmente utilizado dentro do prazo contratual limite (15 de março de 2015). O referido financiamento possui (i) remuneração de TJLP acrescida de taxa de juros de 2,78% ao ano para os subcréditos A e D; (ii) remuneração de SELIC acrescida de taxa de juros de 2,78% ao ano para os subcréditos B e E; e (iii) taxa fixa de 6% ao ano para o subcrédito C, todos com vencimento em 15 de março de 2021.
- Contrato de financiamento BNDES Capex 2013/2016 da Light S.E.S.A. Olimpíadas em valor total de R\$275,5 milhões, dos quais R\$116,5 milhões já foram liberados até 31 de dezembro de 2018. O referido financiamento possui (i) remuneração de TJLP acrescida de juros de 2,58% ao ano para os subcréditos A e D; (ii) remuneração de TJLP acrescida de taxa de juros de 3,58% ao ano para os subcréditos B e E; (iii) remuneração de SELIC acrescida de taxa de juros de 2,58% ao ano para os subcréditos C e F; (iv) taxa fixa de 3,5% ao ano para o subcrédito G; e (v) remuneração de TJLP para o subcrédito H, com vencimento em (a) 15 de dezembro de 2021 para os subcréditos A, B, C, D, E, F e H; e (b) 15 de dezembro de 2023 para o subcrédito G.
- Contrato de financiamento BNDES Capex 2017/2018 da Light S.E.S.A. em valor total de R\$600,0 milhões, dos quais R\$289,0 milhões já foram liberados até 31 de março de 2019. O referido financiamento possui taxa de juros de TLP acrescida de 3,16% ao ano e vencimento em 15 de abril de 2026.
- Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento do Projeto Smart Grid da Light S.E.S.A firmado com a FINEP em 16 de abril de 2014, no montante total de R\$174,2 milhões, nos quais foram desembolsados R\$141,1 milhões em 16 de maio de 2014. A data de vencimento é 15 de

maio de 2022. Sobre o valor do principal incidem juros de 4% ao ano. O referido endividamento é garantido por fiança da Companhia.

10.1.h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Comparação dos resultados nos períodos de 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em R\$ mil	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	%AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	%AV	%AH
	2019		2018		
RECEITA LÍQUIDA	11.912.106	100,0%	10.334.019	100,0%	15,3%
CUSTO DA OPERAÇÃO	(9.220.732)	-77,4%	(8.571.666)	-82,9%	7,6%
Energia comprada para revenda	(7.485.763)	-62,8%	(6.924.108)	-67,0%	8,1%
Pessoal e administradores	(273.610)	-2,3%	(232.923)	-2,3%	17,5%
Materiais	(19.839)	-0,2%	(20.132)	-0,2%	-1,5%
Serviços de terceiros	(320.047)	-2,7%	(356.201)	-3,4%	-10,1%
Depreciações e amortizações	(505.618)	-4,2%	(466.097)	-4,5%	8,5%
Custo de Construção	(726.368)	-6,1%	(661.036)	-6,4%	9,9%
Outras receitas e despesas/ custos	110.513	0,9%	88.831	0,9%	24,4%
LUCRO BRUTO	2.691.374	22,6%	1.762.353	17,1%	52,7%
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.675.655)	-14,1%	(1.103.107)	-10,7%	51,9%
Despesas gerais e administrativas	(1.643.263)	-13,8%	(1.061.869)	-10,3%	54,8%
Outras receitas	20.603	0,2%	14.087	0,1%	46,3%
Outras despesas	(52.995)	-0,4%	(55.325)	-0,5%	-4,2%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS	1.015.719	8,5%	659.246	6,4%	54,1%
RESULTADO FINANCEIRO	743.854	6,2%	(543.744)	-5,3%	-236,8%
Receita	1.767.384	14,8%	488.194	4,7%	262,0%
Despesa	(1.023.530)	-8,6%	(1.031.938)	-10,0%	-0,8%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E DO CSLL	1.759.573	14,8%	115.502	1,1%	1423,4%
Imposto de renda e contribuição social corrido	1.728	0,0%	(1.726)	0,0%	-200,1%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(607.943)	-5,1%	(37.067)	-0,4%	1540,1%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.153.358	9,7%	76.709	0,7%	1403,5%

Receita líquida

A receita líquida do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 11.912.106 mil, representando um aumento de 15,3% comparado à receita líquida de R\$ 10.334.019 mil registrada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Desconsiderando a receita de construção (no valor de R\$ 726.368 mil no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 661.036 mil no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018), houve um aumento de 15,6% na receita entre os períodos.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada principalmente pelo impacto da decisão favorável referente ao processo judicial que reconheceu o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, num total de R\$ 1.086 milhões referente aos valores dos créditos a serem restituídos.

Custo da Operação

O custo da operação atingiu R\$ 9.220.732 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, 7,6% acima dos R\$ 8.571.666 mil atingidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente por causa dos seguintes fatores:

Energia comprada para revenda. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 o custo com energia comprada para revenda foi de R\$ 7.485.763 mil, representando um aumento de 8,1% comparado ao custo de R\$ 6.924.108 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente devido ao reajuste anual dos contratos de compra de energia, aliado ao aumento da carga própria da distribuidora, que aumentou cerca de 2% no período.

Pessoal e administradores. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o custo de pessoal e administradores foi de R\$ 273.610 mil, representando um aumento de 17,5% comparado ao custo de R\$ 232.923 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente devido às primarizações de mão de obra ocorridas ao longo do ano de 2019.

Serviços de Terceiros. Em 31 de dezembro de 2019, o custo com serviços de terceiros foi de R\$ 320.047mil, 10,1% abaixo do custo em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$ 356.201 mil. Os Diretores da Companhia entendem que houve redução nas despesas com poda de árvore, leitura/entrega de contas e serviços de combate à perda, todos decorrentes das desmobilizações de equipes terceiras para a entrada das equipes próprias.

Depreciações e amortizações. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, depreciações e amortizações totalizaram R\$ 505.618 mil, representando um aumento de 8,5% comparado a o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$ 466.097 mil. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente devido à maior base de ativos da Companhia, devido ao aumento dos investimentos no referido período. Além disso, com a adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2), essa rubrica foi impactada pela despesa com depreciação do direito de uso no montante de R\$ 18.191 mil em 2019.

Custos de construção. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o custo de construção foi de R\$ 726.368 mil, representando um aumento de 9,9% comparado ao custo de R\$ 661.036 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente devido a continuação do desenvolvimento das obras elétricas na área de concessão da Companhia.

Outras receitas, despesas e custos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de outras receitas, despesas e custos foi uma receita de R\$ 110.513 mil, representando um aumento de 24,4%% comparado à receita de R\$ 88.831 mil exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente devido ao maior valor de multas cobradas de clientes por atraso de pagamento.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores mencionados acima, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o lucro bruto da Companhia foi de R\$ 2.691.374 mil, 52,7% maior do que o lucro de R\$ 1.762.353 mil registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Despesas operacionais

Despesas gerais e administrativas: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas gerais e administrativas da Companhia somaram R\$ 1.643.263 mil, representando um aumento de 54,8% em comparação aos R\$ 1.061.869 mil apurados no exercício social encerrado em

31 de dezembro de 2018. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, devido à rubrica de Provisão Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa ("PECLD") em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$ 849.515 mil enquanto que a PECLD em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 434.724 mil. Este aumento foi decorrente, principalmente, da PECLD extraordinária ocorrida no quarto trimestre de 2019, no valor de R\$ 525.078 mil.

Outras Receitas (Despesas) operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o saldo de outras receitas/despesas operacionais da Companhia foi uma despesa de R\$ 32.392 mil, em comparação a uma despesa de R\$ 41.238 mil exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 21,5%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente devido ao menor volume de desativações.

Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos

Em razão dos fatores mencionados acima, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o lucro antes do resultado financeiro e dos impostos da Companhia totalizou R\$ 1.015.719 mil, 54,1% acima dos R\$ 659.246 mil registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi uma receita de R\$ 743.854 mil, ante uma despesa de R\$ 543.744 mil registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Receita: A receita financeira do exercício social encerrado em 31 de dezembro 2019 foi de R\$ 1.767.384 mil, 262% maior que os R\$ 488.194 mil alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pela atualização financeira dos créditos oriundos da decisão judicial favorável pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Despesa: A despesa financeira do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 atingiu R\$ 1.023.530 mil, ou seja, uma redução de 0,8% em relação aos R\$ 1.031.938 mil apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação pode ser explicada, principalmente por conta de menos encargos da dívida e de menores despesas com a variação cambial e monetária.

Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de R\$ 115.502 mil no período de exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.759.573 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Imposto de renda e contribuição social diferido

Imposto de renda e contribuição social diferido passou de uma despesa de R\$ 37.067 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2018 para uma despesa de R\$ 607.943 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente em decorrência do diferimento do ganho relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Período

Em razão dos fatores mencionados acima, registramos um lucro líquido de R\$ 1.153.358 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 contra um lucro de R\$ 76.709 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em R\$ mil	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	%AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	%AV	%AH
	2018		2017		
RECEITA LÍQUIDA	10.334.019	100,0%	9.801.523	100,0%	5,4%
CUSTO DA OPERAÇÃO	(8.571.666)	-82,9%	(7.809.213)	-79,7%	9,8%
Energia comprada para revenda	(6.924.108)	-67,0%	(6.230.782)	-63,6%	11,1%
Pessoal e administradores	(232.923)	-2,3%	(210.015)	-2,1%	10,9%
Materiais	(20.132)	-0,2%	(17.193)	-0,2%	17,1%
Serviços de terceiros	(356.201)	-3,4%	(343.701)	-3,5%	3,6%
Depreciações e amortizações	(466.097)	-4,5%	(433.152)	-4,4%	7,6%
Custo de Construção	(661.036)	-6,4%	(607.191)	-6,2%	8,9%
Outras receitas e despesas/ custos	88.831	0,9%	32.821	0,3%	170,7%
LUCRO BRUTO	1.762.353	17,1%	1.992.310	20,3%	-11,5%
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.103.107)	-10,7%	(1.060.764)	-10,8%	4,0%
Despesas gerais e administrativas	(1.061.869)	-10,3%	(966.017)	-9,9%	9,9%
Outras receitas	14.087	0,1%	15.609	0,2%	-9,8%
Outras despesas	(55.325)	-0,5%	(110.356)	-1,1%	-49,9%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS	659.246	6,4%	931.546	9,5%	-29,2%
RESULTADO FINANCEIRO	(543.744)	-5,3%	(783.800)	-8,0%	-30,6%
Receita	488.194	4,7%	79.530	0,8%	513,8%
Despesa	(1.031.938)	-10,0%	(863.330)	-8,8%	19,5%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E DO CSLL	115.502	1,1%	147.746	1,5%	-21,8%
Imposto de renda e contribuição social corrido	(1.726)	0,0%	-	0,0%	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(37.067)	-0,4%	(54.691)	-0,6%	-32,2%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	76.709	0,7%	93.055	0,9%	-17,6%

Receita líquida

A receita líquida do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 10.334.019 mil, representando um aumento de 5,4% comparado à receita líquida de R\$ 9.801.523 mil registrada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Desconsiderando a receita de construção (no valor de R\$ 661.036 mil no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 607.191 mil no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017), houve um aumento de 5,2% na receita entre os períodos.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada principalmente pelo aumento do uso de rede em R\$ 249.842 mil, em função da migração de clientes cativos para o mercado livre, e pelo aumento da receita com clientes cativos, no valor de R\$ 216.480 mil.

Custo da Operação

O custo da operação atingiu R\$ 8.571.666 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 9,8% acima dos R\$ 7.809.213 mil atingidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente por causa dos seguintes fatores:

Energia comprada para revenda. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 o custo com energia comprada para revenda foi de R\$ 6.924.108 mil, representando um aumento de 11,1% comparado ao custo de R\$ 6.230.782 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente devido a maiores custos com leilões de energia, cotas de garantia física e nuclear e o incremento nos encargos de uso da rede básica.

Pessoal e administradores. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o custo de pessoal e administradores foi de R\$ 232.923 mil, representando um aumento de 10,9% comparado ao custo de R\$ 210.015 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente devido ao aumento do volume dos serviços de religação, cortes e cobrança.

Depreciações e amortizações. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, depreciações e amortizações totalizaram R\$ 466.097 mil, representando um aumento de 7,6% comparado a o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$ 433.152 mil. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente devido ao aumento dos ativos intangíveis no período dado o maior investimento em rede elétrica.

Custos de construção. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o custo de construção foi de R\$ 661.036 mil, representando um aumento de 8,9% comparado ao custo de R\$ 607.191 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente devido a continuação do desenvolvimento das obras elétricas na área de concessão da Companhia.

Outras receitas, despesas e custos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de outras receitas, despesas e custos foi uma receita de R\$ 88.831 mil, representando um aumento de 170,7%% comparado à receita de R\$ 32.821 mil exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente devido ao maior valor de multas cobradas de clientes por atraso de pagamento.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores mencionados acima, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o lucro bruto da Companhia foi de R\$ 1.836.728 mil, 7,8% menor do que o lucro de R\$ 1.992.310 mil registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Despesas operacionais

Despesas gerais e administrativas: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as despesas gerais e administrativas da Companhia somaram R\$ 1.061.869 mil, representando um aumento de 9,9% em comparação aos R\$ 966.017 mil apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente devido a redução do volume de provisões em 2018.

Outras Receitas (Despesas) operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o saldo de outras receitas/despesas operacionais da Companhia foi uma despesa de R\$ 41.238 mil, em comparação a uma despesa de R\$ 94.747 mil exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de 56,8%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente devido ao menor volume de desativações de projetos de investimentos.

Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos

Em razão dos fatores mencionados acima, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o lucro antes do resultado financeiro e dos impostos da Companhia totalizou R\$ 659.246 mil, 29,2% abaixo dos R\$ 931.546 mil registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi uma despesa de R\$ 543.744 mil, representando uma diminuição de 30,6% se comparado com a despesa de R\$ 783.800 mil registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Receita: A receita financeira do exercício social encerrado em 31 de dezembro 2018 foi de R\$ 488.194 mil, 513,8% maior que os R\$ 79.530 mil alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pela contratação de instrumentos financeiros derivativos (swaps) utilizados como *hedge* contra a variação cambial de títulos de dívida denominados em moeda estrangeira (i.e. *bonds*).

Despesa: A despesa financeira do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 atingiu R\$ 1.031.938 mil, ou seja, um aumento de 19,5% em relação aos R\$ 863.330 mil apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação pode ser explicada, principalmente por conta das despesas com a variação cambial e monetária, que passou de uma despesa de R\$ 73.831 mil no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 para uma despesa de R\$ 373.004 mil no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018.

Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de R\$ 147.746 mil no período de exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 115.502 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Imposto de renda e contribuição social diferido

Imposto de renda e contribuição social corrente reduziu 29,1% passando de uma despesa de R\$ 54.691 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2017 para uma despesa de R\$ 38.793 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente em decorrência da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos (swaps) no período, por conta da emissão dos *bonds* no mercado internacional.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Período

Em razão dos fatores mencionados acima, registramos um lucro líquido de R\$ 76.709 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 contra um lucro de R\$ 93.055 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Análise das principais contas patrimoniais

Ativo					
Em R\$ mil	31.12.2019	%AV	31.12.2018	%AV	%AH
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	554.416	2,75%	490.518	3,4%	13,0%
Títulos e valores mobiliários	326.743	1,62%	492.913	3,4%	(33,7)%
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	1.823.647	9,04%	2.334.700	16,2%	(21,9)%
Tributos e contribuições	76.581	0,38%	66.959	0,5%	14,4%
Imposto de renda e contribuição social	89.064	0,44%	28.554	0,2%	211,9%
Ativos financeiros do setor	549.547	2,72%	564.186	3,9%	(2,6)%
Estoques	55.667	0,28%	34.431	0,2%	61,7%
Rendas a receber swap	-	0,00%	1.335	0,0%	(100,0)%

Serviços prestados a receber	31.077	0,15%	89.938	0,6%	(65,4)%
Despesas pagas antecipadamente	20.935	0,10%	27.545	0,2%	(24,0)%
Outros créditos	252.447	1,25%	225.689	1,6%	11,9%
Total do Circulante	3.780.124	18,7%	4.356.768	30,3%	(13,2)%
Não Circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.089.981	5,4%	874.832	6,1%	24,6%
Tributos e contribuições	6.257.037	31,0%	52.404	0,4%	11.840,0%
Tributos diferidos	-	0,0%	402.115	2,8%	(100,0)%
Ativos financeiros do setor	112.520	0,6%	148.469	1,0%	(24,2)%
Ativo financeiro de concessões	4.748.294	23,5%	4.271.861	29,7%	11,2%
Rendas a receber swap	248.738	1,2%	323.515	2,2%	(23,1)%
Depósitos vinculados a litígios	268.731	1,3%	291.607	2,0%	(7,8)%
Ativo de contrato	496.953	2,5%	330.240	2,3%	50,5%
Investimentos	29.191	0,1%	29.734	0,2%	(1,8)%
Imobilizado	244.694	1,2%	230.113	1,6%	6,3%
Intangível	2.832.558	14,0%	3.090.827	21,5%	(8,4)%
Ativos de direito de uso	73.656	0,4%	-	0,0%	N.A.
Total do Não Circulante	16.402.353	81,3%	10.045.717	69,7%	63,3%
Total do Ativo	20.182.477	100,0%	14.402.485	100,0%	40,1%

Passivo

Em R\$ mil

Passivo Circulante

	31.12.2019	%AV	31.12.2018	%AV	%AH
Fornecedores	1.241.975	6,2%	1.132.757	7,9%	9,6%
Tributos e contribuições	165.465	0,8%	329.276	2,3%	(49,7)%
Imposto de renda e contribuição social	906	0,0%	1.113	0,0%	(18,6)%
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	540.153	2,7%	814.284	5,7%	(33,7)%
Debêntures e encargos financeiros	833.273	4,1%	777.435	5,4%	7,2%
Passivos financeiros do setor	-	0,0%	2.619	0,0%	100%
Obrigações estimadas	77.219	0,4%	18.219	0,1%	323,8%
Dividendos a pagar	273.923	1,4%	67.980	0,5%	302,9%
Obrigações por arrendamento	30.082	0,1%	-	0,0%	N.A.
Outros débitos	551.703	2,7%	647.637	4,5%	(14,8)%
Total do Circulante	3.714.699	18,4%	3.791.320	26,3%	1,3%

Não Circulante

Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	2.895.651	14,3%	3.792.050	26,3%	(23,6)%
Debêntures e encargos financeiros	3.608.635	17,9%	3.433.158	23,8%	5,1%
Rendas a pagar swap	18.321	0,1%	111.664	0,8%	(83,6)%
Tributos e contribuições	348.485	1,7%	304.553	2,1%	(14,4)%
Tributos diferidos	201.829	1,0%	-	0,0%	N/A

Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	539.550	2,7%	470.777	3,3%	14,6%
Obrigações por arrendamento	46.080	0,2%	-	0,0%	N.A.
Valores a serem restituídos a consumidores	3.605.664	17,9%	-	0,0%	N.A.
Outros débitos	45.999	0,2%	52.834	0,4%	(12,9)%
Total do Não Circulante	11.310.214	56,0%	8.165.036	56,7%	38,7%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	4.146.365	20,5%	2.314.365	16,1%	79,2%
Reservas de capital	7.277	0,0%	7.277	0,1%	0,0%
Reservas de lucro	1.101.044	5,5%	221.609	1,5%	396,8%
Outros resultados abrangentes	(97.122)	-0,5%	(97.122)	-0,7%	0,0%
Total do Patrimônio Líquido	5.157.564	25,6%	2.446.129	17,0%	110,8%
Passivo Total	20.182.477	100,0%	14.402.485	100,0%	40,1%

Nas contas do ativo, as principais variações observadas pelos Diretores da Companhia foram:

Caixa e equivalentes de caixa (circulante): Em 31 de dezembro de 2019, o montante de caixa e equivalentes de caixa era de R\$554.416 mil, representando um aumento de 13,0% em relação ao valor de R\$490.518 mil apurado em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores entendem que esse aumento ocorreu em função do recebimento pela emissão de ações no montante de R\$1.832.000 ocorrida em julho de 2019.

Títulos e valores mobiliários (circulante): Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de títulos e valores mobiliários era de R\$326.743 mil, representando uma redução de 33,7% em relação ao saldo R\$492.913 mil verificado em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu em função do volume de resgate de aplicações financeiras ter superado as aplicações financeiras em R\$273.909 mil, principalmente por conta da necessidade de capital de giro.

Consumidores, concessionárias e permissionárias (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias era de R\$2.913.628 mil, representando uma redução de 9,21% em relação ao saldo de R\$3.209.532 mil verificado em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores entendem que essa redução pode ser explicada principalmente em função do registro de PECLD extraordinária, efetuada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$525.078, resultante da reavaliação do contas a receber, tendo em vista a expectativa do recebimento futuro dos saldos em aberto, já alinhada ao novo plano de combate à perda após o diagnóstico iniciado pela nova gestão da Companhia.

Estoques (circulante): Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de estoques da Companhia era de R\$55.667 mil, representando um aumento de 61,7% em relação ao saldo de R\$34.431 em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores entendem que esse aumento ocorreu principalmente por conta da transferência de adiantamento de fornecedor anteriormente registrado na rubrica de ativo de contrato no montante de R\$21.260.

Tributos e contribuições (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de tributos e contribuições era de R\$6.333.618 mil, representando uma aumento de 5.206,2% em relação ao saldo de R\$119.363 mil em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu em função do registro dos tributos diferidos proveniente do reconhecimento dos créditos de PIS/COFINS após o trânsito em julgado de ação judicial ocorrida em 07 de agosto de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, o efeito desse reconhecimento é de R\$6.203.145.

Imposto de renda e contribuição social (circulante): Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de tributos e contribuições era de R\$89.064 mil, representando uma aumento de 211,9% em relação ao saldo de R\$28.554 mil em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores entendem que esse aumento ocorreu em

função do maior volume de retenção na fonte de Imposto de Renda no final do exercício de 2019. Os montantes retidos serão compensados após a entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

Serviços Prestados a receber (circulante): Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de serviços prestados a receber era de R\$31.077 mil, representando uma redução de 65,4% em relação ao saldo de R\$89.938 mil em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu principalmente por conta do reconhecimento de R\$36.834 mil como provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa de serviços.

Instrumentos financeiros derivativos swap (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2019, o valor dos instrumentos financeiros derivativos swap era de R\$248.738 mil, representando uma redução de 15,1%, quando comparado aos R\$324.850 mil em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu em função da redução do volume de dívidas de moeda estrangeira ao longo do exercício de 2019 ocasionada principalmente pelo pré-pagamento dos *Bonds* no valor de R\$557.004 milhões ocorrido em novembro.

Tributos diferidos (não circulante): Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de tributos diferidos encontrava-se zerado sendo uma redução de 100% comparado ao montante de R\$402.115 e em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu em função do registro dos tributos diferidos proveniente do reconhecimento dos créditos de PIS/COFINS após o trânsito em julgado de ação judicial ocorrida em 07 de agosto de 2019.

Ativo de contrato (não circulante): Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de ativo de contrato era de R\$496.953 mil, representando um aumento de 50,5% quando comparado ao valor de R\$330.240 mil em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores entendem que esse aumento ocorreu em função do volume de adições de bens vinculados à concessão superar em R\$166.713 mil o montante transferido para intangível em serviço e para estoque.

Ativo de direito de uso (não circulante): Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de ativo de direito de uso era de R\$73.656 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2018 não existia saldo nessa rubrica. Os Diretores entendem que com a adoção da IFRS 16 - *Leases* (CPC 06) a Companhia reconheceu ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento em contrapartida às respectivas obrigações de arrendamento.

Nas contas do passivo, as principais variações observadas pelos Diretores da Companhia foram:

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2019, o saldo total de fornecedores era de R\$1.241.975 mil, apresentando um aumento de 9,6% em comparação com o valor de R\$1.132.757 mil em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu principalmente em função da compra de energia no mercado de curto prazo justificada pelo aumento no consumo de energia no final do exercício de 2019.

Tributos e contribuições a pagar (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de Tributos e contribuições era de R\$513.950 mil, representando uma redução de 18,9% em relação ao saldo de R\$633.829 mil em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu principalmente em função da antecipação recolhida a maior do ICMS do mês de dezembro de 2019 e em função da gestão de caixa realizada pela Companhia em dezembro de 2018, que alongou o pagamento de uma parcela do ICMS devido no montante de 47.442 mil.

Tributos diferidos (não circulante): Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de tributos diferidos era de R\$201.829 e em 31 de dezembro de 2018 o passivo diferido encontrava-se zerado. Os Diretores entendem que esse aumento ocorreu em função do registro dos tributos diferidos proveniente do reconhecimento dos créditos de PIS/COFINS após o trânsito em julgado de ação judicial ocorrida em 07 de agosto de 2019.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2019 o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo encargos financeiros) era de R\$7.877.712 mil, refletindo uma redução de 10,7% em comparação ao valor de R\$8.816.927 mil verificado em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores entendem que essa redução se deve principalmente pelo volume de amortizações superar as captações no exercício de 2019. As amortizações no exercício de 2019 totalizaram o montante de R\$2.991.282 mil, enquanto as captações somaram R\$1.866.982 mil.

Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (não circulante): Em 31 de dezembro de 2019, o valor das provisões para contingências era de R\$539.550 mil, representando aumento de 14,6%, quando comparado ao valor de R\$470.777 mil registrado em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores entendem que esse aumento ocorreu principalmente pelo crescimento das ações na área cível e do registro da provisão referente ao Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL no montante de R\$43.907 mil.

Obrigações por arrendamento (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de obrigações por arrendamento era de R\$76.162 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2018 não existia saldo nessa rubrica. Os Diretores entendem que com a adoção da IFRS 16 - Leases (CPC 06) a Companhia foi exigida a reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento.

Outros débitos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2019, o valor de outros débitos era de R\$597.702 mil, representando uma redução de 14,7%, quando comparado ao valor de R\$700.471 mil registrado em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu principalmente em função da gestão de caixa realizada pela Companhia em dezembro de 2018, que alongou o pagamento da Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energética (CDE).

Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 comparado a 31 de dezembro de 2017

ATIVO	31.12.2018	%AV	31.12.2017	%AV	%AH
Em R\$ mil					
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	490.518	3,41%	159.598	1,3%	207,3%
Títulos e valores mobiliários	492.913	3,42%	47.013	0,4%	948,5%
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	2.334.700	16,21%	2.697.574	21,8%	(13,5)%
Tributos e contribuições	66.959	0,46%	77.899	0,6%	(14,0)%
Imposto de renda e contribuição social	28.554	0,20%	49.862	0,4%	(42,7)%
Ativos financeiros do setor	564.186	3,92%	166.951	1,4%	237,9%
Estoques	34.431	0,24%	28.159	0,2%	22,3%
Rendas a receber swap	1.335	0,01%	7.922	0,1%	(83,1)%
Serviços prestados a receber	89.938	0,62%	82.695	0,7%	8,8%
Despesas pagas antecipadamente	27.545	0,19%	26.028	0,2%	5,8%
Outros créditos	225.689	1,57%	208.258	1,7%	8,4%
Total do Circulante	4.356.768	30,3%	3.551.959	28,8%	22,7%
Não Circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	874.832	6,1%	507.940	4,1%	72,2%
Tributos e contribuições	52.404	0,4%	52.782	0,4%	(0,7)%
Tributos diferidos	402.115	2,8%	351.947	2,8%	14,3%
Ativos financeiros do setor	148.469	1,0%	33.390	0,3%	344,7%
Ativo financeiro de concessões	4.271.861	29,7%	3.764.195	30,5%	13,5%
Rendas a receber swap	323.515	2,2%	4.789	0,0%	6.655,4%
Depósitos vinculados a litígios	291.607	2,0%	271.151	2,2%	7,5%
Ativo contratual	330.240	2,3%	-	0,0%	N.A.
Investimentos	29.734	0,2%	23.312	0,2%	27,5%
Imobilizado	230.113	1,6%	223.865	1,8%	2,8%
Intangível	3.090.827	21,5%	3.566.716	28,9%	(13,3)%
Total do Não Circulante	10.045.717	69,7%	8.800.087	71,2%	14,2%
Total do Ativo	14.402.485	100,0%	12.352.046	100,0%	16,6%

Passivo	31.12.2018	%AV	31.12.2017	%AV	%AH
Em R\$ mil					
Passivo Circulante					
Fornecedores	1.132.757	7,9%	1.407.831	11,4%	(19,5)%
Tributos e contribuições	329.276	2,3%	174.783	1,4%	88,4%
Imposto de renda e contribuição social	1.113	0,0%	908	0,0%	22,6%
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	814.283	5,7%	1.206.826	9,8%	(32,5)%
Debêntures e encargos financeiros	777.435	5,4%	771.426	6,2%	0,8%
Passivos financeiros do setor	2.619	0,0%	98.859	0,8%	(97,4)%
Obrigações estimadas	67.980	0,5%	59.197	0,5%	14,8%
Dividendos a pagar	18.219	0,1%	22.101	0,2%	N.A.
Outros débitos	647.637	4,5%	503.519	4,1%	28,6%
Total do Circulante	3.791.319	26,4%	4.245.450	34,4%	(10,7)%
Não Circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	3.792.051	26,3%	1.638.549	13,3%	131,4%
Debêntures e encargos financeiros	3.433.158	23,8%	3.030.120	24,5%	13,3%
Rendas a pagar swap	111.664	0,8%	100.743	0,8%	10,8%
Tributos e contribuições	304.553	2,1%	224.489	1,8%	35,7%
Provisões	470.777	3,3%	446.798	3,6%	5,4%
Benefício pós-emprego	-	0,0%	49.776	0,4%	N.A.
Outros débitos	52.834	0,4%	59.141	0,5%	(10,7)%
Total do não Circulante	8.165.037	56,7%	5.549.616	44,9%	47,1%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	2.314.365	16,1%	2.314.365	18,7%	0,0%
Reservas de capital	7.277	0,1%	7.277	0,1%	0,0%
Reservas de lucro	221.609	1,5%	332.460	2,7%	(33,3)%
Outros resultados abrangentes	(97.122)	-0,7%	(97.122)	-0,8%	0,0%
Prejuízos acumulados	-	0,0%	-	0,0%	N.A.
Total do Patrimônio Líquido	2.446.129	17,0%	2.556.980	20,7%	(4,3)%
Passivo Total	14.402.485	100,0%	12.352.046	100,0%	16,6%

Nas contas do ativo, as principais variações observadas pelos Diretores da Companhia foram:

Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2018, o montante de caixa e equivalentes de caixa era de R\$159.598 mil, representando um aumento de 207,3% em relação ao valor de R\$159.598 mil apurado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores entendem que esse aumento ocorreu em função da criação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Light (FIDC) e da captação de recursos através da oferta no mercado internacional de notes unit financeiras.

Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de títulos e valores mobiliários era de R\$492.913 mil, representando um aumento de 948,5% em relação ao saldo R\$47.013 mil verificado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores entendem que esse aumento ocorreu em função da criação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Light (FIDC) e da captação de recursos através da oferta no mercado internacional de notes *unit* financeiras, que tiveram como um dos objetivos reforçar a liquidez da Companhia.

Consumidores, concessionárias e permissionárias (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias era de R\$3.205.532 mil, representando um aumento de 58,8% em relação ao saldo de R\$3.205.514 mil verificado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores entendem que esse crescimento pode ser explicado principalmente em função, do registro de PECLD extraordinária, no montante de R\$525.078, efetuada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, resultante da reavaliação do contas a receber, tendo em vista a expectativa do recebimento futuro dos saldos em aberto, já alinhada ao novo plano de combate à perda após o diagnóstico iniciado pela nova gestão da Companhia.

Tributos e contribuições (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de tributos e contribuições era de R\$119.363 mil, representando uma redução de 14,8% em relação ao saldo de R\$130.681 mil em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores entendem que essa redução é decorrente do ICMS a compensar, cuja as antecipações realizadas em dezembro de 2017 superaram o montante apurado, enquanto em dezembro de 2018 não ocorreu esse efeito.

Imposto de renda e contribuição social: Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de tributos e contribuições era de R\$28.466 mil, representando uma redução de 42,9% em relação ao saldo de R\$49.862 mil em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu principalmente em função da compensação no decorrer de 2018 do saldo das antecipações de IR e CSLL registradas em dezembro de 2017.

Tributos diferidos: Em 31 de dezembro de 2018, o valor de tributos diferidos era de R\$402.115 mil, representando um aumento de 14,3% quando comparado ao valor de R\$351.947 mil apurado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores entendem que essa variação se deu principalmente pelo reconhecimento de R\$87.236 referente a adoção inicial da IFRS 9/CPC 48.

Ativos financeiros do setor (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2018, o valor da Parcela A e outros itens financeiros era de R\$712.655 mil, quando comparado ao valor de R\$200.341 mil apurado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu em função do aumento da formação da CVA ativa proveniente dos custos com compra de energia e encargos ocorridos durante o período 2018 estarem sendo superiores aos montantes previstos e homologados na tarifa da distribuidora em março de 2018.

Ativo financeiro de concessões: Em 31 de dezembro de 2018, o valor do ativo financeiro de concessões era de R\$4.271.861 mil, representando um aumento de 13,5%, quando comparado aos R\$3.764.195 mil verificado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu em função do volume de adições e da atualização do valor novo de Reposição.

Rendas a receber Swap (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2018, o valor das rendas a receber de swap era de R\$324.850 mil, representando um aumento de 6.572,2%, quando comparado aos R\$12.711 mil em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu principalmente devido ao aumento do dólar no período de 2018 além de novas captações de moeda estrangeira protegida por operação de swap cambial.

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2018, o saldo total de fornecedores era de R\$1.132.757 mil, apresentando uma redução de 19,5% em comparação com o valor de R\$1.407.831 mil em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu principalmente em função da gestão de caixa realizada pela Companhia, que em dezembro de 2017 alongou o pagamento de alguns fornecedores.

Tributos e contribuições (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de Tributos e contribuições era de R\$633.829 mil, representando um aumento de 124,1% em relação ao saldo de

R\$399.272 mil em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu principalmente em função do aumento de ICMS proveniente do maior volume de faturamento de REN.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2018 o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo encargos financeiros) era de R\$8.816.927 mil, refletindo um aumento de 113,0% em comparação ao valor de R\$6.646.921 mil verificado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores entendem que esse aumento se deve principalmente pela captação com Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Light (FIDC) e da captação de recursos através da oferta no mercado internacional de notes unit, que consequentemente, fizeram com que o volume de captações superasse as amortizações no período de 2018. As captações no período de 2018 totalizaram o montante de R\$4.679.994 mil, enquanto as amortizações somaram R\$2.797.363 mil.

Passivos financeiros do setor (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da Parcela A e outros itens financeiros era de R\$2.619 mil, representando redução de 97,4%, quando comparado ao valor de R\$98.859 mil registrado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu em função da amortização ao longo do período de 2018, além da formação de CVA ativa proveniente dos custos com compra de energia e encargos ocorridos durante o período 2018 estarem sendo superiores aos montantes previstos e homologados na tarifa da distribuidora e março de 2018.

Provisões: Em 31 de dezembro de 2018, o valor das provisões para contingências era de R\$470.777 mil, representando aumento de 5,4%, quando comparado ao valor de R\$446.798 mil registrado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores entendem que esse aumento ocorreu pelo crescimento das ações na área cível.

Outros débitos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2018, o valor de outros débitos era de R\$700.471 mil, um aumento de 17,9% frente aos R\$562.660 mil registrado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu principalmente em função do aumento do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que passou de R\$115.360 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$200.460 mil em 31 de dezembro de 2018.

FLUXO DE CAIXA

Análise do Fluxo de Caixa no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social findo 31 de dezembro de 2018

A Companhia apresenta aumento de caixa em 31 de dezembro de 2019 com relação a 31 de dezembro de 2018 em decorrência de suas operações, embora o fluxo de caixa possa variar de exercício a exercício conforme os reajustes tarifários decorrentes das variações de custos.

Em 31 de dezembro de 2019, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia somaram R\$554.416 mil, frente aos R\$490.518 mil verificados em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente em função da emissão de ações com aumento de capital de R\$1.832.00.

O quadro a seguir mostra os componentes dos nossos fluxos de caixa no período de três meses findo em 31 de março de 2019 e 2018:

R\$ Mil	Exercício Social findo em		%AH
	31.12.2019	31.012.2018	
Caixa Líquido (aplicado nas) gerado pelas Atividades Operacionais	(79.117)	(237.062)	(66,6)%
Caixa Líquido gerado (aplicado) nas Atividades de Investimento	(510.549)	(1.162.367)	(56,1)%
Caixa Líquido gerado (aplicado) nas Atividades de Financiamento	653.564	1.730.349	(62,2)%
Aumento de Caixa e equivalentes de Caixa	63.898	330.920	(80,7)%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	490.518	159.598	207,3%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	554.416	490.518	13,0%

Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais

O caixa aplicado nas atividades operacionais apresentou uma redução de 66,6%, variando de um caixa aplicado de R\$237.062 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um caixa aplicado de R\$79.117 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu principalmente em função do efeito da amortização de CVA em 2019, enquanto em 2018 ocorreu uma formação de CVA. Ademais, a variação ocorreu em função da compra de energia no mercado de curto prazo justificada pelo aumento do preço e do consumo de energia no final do exercício de 2019, enquanto em 2018 ocorreu a redução do saldo de fornecedor através do maior volume de pagamentos.

Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento

O fluxo de caixa aplicado em atividades de investimento variou de R\$ 1.162.367 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para um montante de R\$510.549 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 uma redução de 56,1%. Os Diretores entendem que essa variação foi em função do volume de resgate de aplicações financeiras terem superado as aplicações financeiras em R\$273.909 mil, principalmente por conta da necessidade de capital de giro.

Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamentos

O fluxo de caixa das atividades de financiamento variou de um caixa gerado no montante de R\$1.730.349 mil em 31 de dezembro de 2018 para um montante de R\$653.564mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os Diretores entendem que essa variação é decorrente principalmente em função da amortização da dívida no montante de R\$2.991.282 mil terem superado as captações em R\$1.124.300 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Ademais, ocorreu aumento de capital no montante de R\$1.832.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Análise do Fluxo de Caixa no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social findo 31 de dezembro de 2017

A Companhia apresenta aumento de caixa em 31 de dezembro de 2018 com relação a 31 de dezembro de 2017 em decorrência de suas operações, embora o fluxo de caixa possa variar de exercício a exercício conforme os reajustes tarifários decorrentes das variações de custos.

Em 31 de dezembro de 2018, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia somaram R\$490.518 mil, frente aos R\$159.598 mil verificados em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento ocorreu principalmente em função da captação com Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Light (FIDC) e da captação de recursos através da oferta no mercado internacional de notes unit, que consequentemente, fizeram com que o volume de captações superasse as amortizações no exercício de 2018.

R\$ Mil	Exercício Social findo em		%AH
	31.12.2019	31.012.2018	
Caixa Líquido (aplicado nas) gerado pelas Atividades Operacionais	(237.062)	(357.746)	(33,7)%
Caixa Líquido gerado (aplicado) nas Atividades de Investimento	(1.162.367)	(592.668)	96,1%
Caixa Líquido gerado (aplicado) nas Atividades de Financiamento	1.730.349	548.208	215,6%
Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes de Caixa	330.920	402.206	(182,3)%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	159.598	561.804	(71,6)%
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	490.518	159.598	207,3%

Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais

O caixa gerado nas atividades operacionais apresentou uma redução de 33,7%, variando de um caixa gerado de R\$237.062mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um caixa aplicado de R\$357.746 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu principalmente em função do efeito da formação de CVA.

Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento

O fluxo de caixa usado em atividades de investimento variou de R\$1.162.367 mil aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$592.668 mil aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, aumento de 96,1%. Os Diretores entendem que essa variação pode ser explicada pelo maior volume de aplicações financeiras que passou de R\$0 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.105.602 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamentos

O fluxo de caixa das atividades de financiamento variou de R\$548.208 mil aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.730.349 mil gerados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores entendem que essa variação é decorrente principalmente em função da captação de dívida no montante de R\$4.131.765 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 superando as amortizações em R\$2.237.579 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (comparado com a amortização superando as captações em R\$2.327.579 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018).

10.2. Resultado operacional e financeiro

10.2.a. resultados das operações do emissor

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão da Light S.E.S.A. (distribuição), pela venda de energia gerada pela Light Energia e pela energia comercializada pela LightCom (comercialização e serviços).

Os Diretores da Companhia acreditam que os principais fatores que impulsionam o desempenho / principais componentes da receita líquida consolidada da Companhia são:

- (i) Conjuntura macroeconômica brasileira;
- (ii) Fornecimento de energia elétrica;
- (iii) Tarifa praticada / Formação de CVA;
- (iv) Inadimplência; e
- (v) Nível de perdas de energia.

ii fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conjuntura Macroeconômica

Todas as operações da Companhia são afetadas pela conjuntura macroeconômica brasileira. Em particular, a performance da economia brasileira afeta a demanda por energia elétrica, e a inflação impacta nos custos e margens da Companhia.

Todas as nossas operações estão localizadas no Brasil, principalmente, no Estado do Rio de Janeiro. Portanto, somos afetados pelas condições econômicas brasileiras em geral, incluindo a inflação, as taxas de juros de curto e longo prazo e as políticas cambiais, bem como as condições econômicas do Estado do Rio de Janeiro, que afetam a demanda por energia e, consequentemente, podem afetar nossos resultados de operações. Ressalta-se que as condições econômicas no Estado do Rio de Janeiro podem diferir das condições econômicas brasileiras.

A taxa de crescimento do PIB também influencia os resultados da Companhia. Uma desaceleração prolongada na atividade econômica no Brasil, decorrente da crise financeira internacional e seus efeitos no Estado do Rio de Janeiro, pode vir a reduzir a demanda por alguns dos serviços prestados pela Companhia, o que prejudicaria os resultados operacionais da Companhia.

Fornecimento de Energia Elétrica

A tabela abaixo descreve o fornecimento de energia pela Light S.E.S.A., aos consumidores cativos (porque não acrescenta os livres) nas classes residencial, industrial, comercial e outras, mostrando a evolução do consumo e faturamento dessas classes, desde 2017, e suas participações no faturamento total. O consumo e faturamento dessas classes tem ligação direta com variação da receita líquida da Companhia, ou seja, quanto maior o consumo, maior será a receita líquida, se as tarifas se mantiverem constantes.

Classe de Clientes	Exercício social encerrado em 31/12/2019				Exercício social encerrado em 31/12/2018			
	Consumo (GWh)	% fornecimento de energia elétrica	R\$ milhões	% vendas faturadas	Consumo (GWh)	% fornecimento de energia elétrica	R\$ milhões	% vendas faturadas
Residencial	8.414	46,8	5.589,9	50,0	8.600	46,6	5.430,2	49,7
Industrial	569	3,2	355,7	3,2	697	3,8	435,0	4,0
Comercial	5.496	30,5	3.571,6	31,9	5.598	30,3	3.440,9	31,5
Outros	3.508	19,5	1.671,9	14,9	3.560	19,3	1.620,2	14,8
ICMS	-	-	3.975,3	-	-	-	3.962,9	-
Fornecimento Não Faturado	-	-	88,2	-	-	-	(12,4)	-
Total	17.986	100%	15.252,6		18.455	100%	14.876,8	

Classe de Clientes	Exercício social encerrado em 31/12/2017			
	Consumo (GWh)	% fornecimento de energia elétrica	R\$ milhões	% vendas faturadas
Residencial	9.239	47,0	5.257,2	49,9
Industrial	779	4,0	529,4	5,0
Comercial	6.259	31,8	3.334,7	31,6
Outros	3.396	17,2	1.418,7	13,5
ICMS	-	-	3.638,4	-
Fornecimento Não Faturado	-	-	(18,7)	-
Total	19.673	100%	14.159,7	100%

Tarifa praticada para a distribuição de energia

A estrutura tarifária das concessionárias de distribuição está dividida em dois grandes grupos de consumidores: "Grupo A" e "Grupo B".

Conforme a Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, o Grupo A é composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão igual ou superior a 2,3 kV, ou atendidas a partir de sistema subterrâneo de distribuição em tensão secundária, caracterizado pela tarifa binômia (i.e., pagamento por consumo de energia elétrica ativa e demanda) e subdividido nos seguintes subgrupos: a) subgrupo A1 – tensão de fornecimento igual ou superior a 230 kV; b) subgrupo A2 – tensão de fornecimento de 88 kV a 138 kV; c) subgrupo A3 – tensão de fornecimento de 69 kV; d) subgrupo A4 – tensão de fornecimento de 2,3 kV a 25 kV; e e) subgrupo AS – tensão de fornecimento inferior a 2,3 kV, a partir de sistema subterrâneo de distribuição.

O Grupo B, composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 kV, tem tarifa monômia (i.e., pagamento apenas por consumo de energia elétrica ativa) e está subdividido em a) subgrupo B1 – residencial; b) subgrupo B2 – rural; c) subgrupo B3 – demais classes; e d) subgrupo B4 – Iluminação Pública.

Os valores cobrados de consumidores ainda levam em consideração as seguintes modalidades tarifárias binômias possíveis: (i) modalidade tarifária horária branca, aplicada às unidades consumidoras do Grupo B, exceto para o subgrupo B4 e para as subclasses Baixa Renda do subgrupo B1, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia; (ii)

modalidade tarifária horária verde, aplicada às unidades consumidoras do Grupo A, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia, assim como de uma única tarifa de demanda de potência; (iii) modalidade tarifária horária azul, aplicada às unidades consumidoras do Grupo A, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica e de demanda de potência, de acordo com as horas de utilização do dia; e (iv) modalidade convencional monômnia, aplicada às unidades consumidoras do Grupo B, caracterizada por tarifas de consumo de energia elétrica, independentemente das horas de utilização do dia.

Reajustes Tarifários Anuais

Sob o regime de serviço pelo preço, as tarifas das concessionárias de distribuição foram estabelecidas nos contratos de concessão originais e são preservadas pelas condições de revisão e reajuste previstas em lei e no próprio contrato. Sempre que forem atendidas tais condições, considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro das concessões (Lei nº 8.987/1995, art. 10).

Nos termos do Contrato de Concessão, as tarifas da Light S.E.S.A. sofrem reajustes anuais. Para tanto, sua receita é dividida entre: (i) a Parcela A, ou custos não gerenciáveis, que corresponde aos custos com encargos setoriais, energia elétrica comprada, conexão e uso das instalações de transmissão de energia, receitas irrecuperáveis, e (ii) Parcela B, ou custos gerenciáveis, associada a custos operacionais e de capital eficientes, inclusive despesas de depreciação, do segmento de distribuição de energia elétrica.

Em razão da diferença conceitual entre custos gerenciáveis e não gerenciáveis, os valores da Parcela A e da Parcela B da concessionária são tratados de maneira distinta no cálculo do reajuste tarifário:

O objetivo do Reajuste Tarifário Anual é manter o poder de compra da receita da concessionária, segundo fórmula prevista no Contrato de Concessão da Light S.E.S.A. Acontece anualmente, exceto no ano da revisão tarifária periódica, na data de aniversário do contrato. Para aplicação dessa fórmula, são calculados todos os custos da Parcela A. Os outros custos, constantes da Parcela B, são corrigidos pelo IPCA, do IBGE. A correção da Parcela B ainda depende do Fator X, cuja função é compartilhar com o consumidor os ganhos de eficiência e competitividade da concessionária, decorrentes do crescimento do número de unidades consumidoras e da variação do consumo do mercado existente e da qualidade do serviço prestado.

Revisões Tarifárias Periódicas

Enquanto o objetivo do reajuste tarifário é a manutenção do poder de compra da receita da concessionária, em até 05 (cinco) a ANEEL realiza uma revisão tarifária periódica das concessionárias de distribuição, com o propósito de alterar as tarifas, para mais ou para menos, de forma a refletir as alterações nas estruturas de custos e de mercado da concessionária, os estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas.

A última revisão tarifária periódica da Light S.E.S.A. ocorreu em 15 de março de 2017, em decorrência da assinatura do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Light S.E.S.A., sendo prevista próxima revisão para 2022.

Revisão Tarifária Extraordinária

Visa à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e pode ser realizada a qualquer tempo, mediante solicitação da concessionária, caso haja alterações significativas nos custos desta. A última revisão tarifária extraordinária da Light S.E.S.A. ocorreu em 26 de março de 2019, com vigência a partir de 1º de abril de 2019.

Apresenta-se a seguir tabela com os reajustes e revisões homologados pela ANEEL para a Light S.E.S.A. a partir da Revisão Tarifária Extraordinária de 2013.

Ano	Ato Regulatório	Efeito médio percebido pelo consumidor (%)	Tipo de Reajuste
2013	REH nº 1.440	-19,63%	Revisão Tarifária Extraordinária
2013	REH nº 1.650	3,65%	3ª Revisão Tarifária Periódica
2014	REH nº 1.820	19,23%	Reajuste Tarifário
2015	REH nº 1.858	22,48%	Revisão Tarifária Extraordinária
2015	REH nº 1.982	16,78%	Reajuste Tarifário
2016	REH nº 2.168	-12,25%	Reajuste Tarifário
2017	REH nº 2.206	10,45%	4ª Revisão Tarifária Periódica
2018	REH nº 2.375	10,36%	Reajuste Tarifário
2019	REH nº 2.521	11,12%	Reajuste Tarifário
2019	REH nº 2.523	-2,30%	Revisão Tarifária Extraordinária

Inadimplência

Com base no CPC 48/IFRS 9, a Companhia adotou uma abordagem simplificada para constituição da Provisões Esperadas para Crédito de Liquidação Duvidosa ("PECLD"), cujos percentuais de inadimplência foram calculados de acordo com o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a PECLD foi de 2,68% da receita bruta de fornecimento o e suprimento de energia e receita de uso da rede, totalizando R\$ 408.695 mil. O aumento é explicado principalmente pelo atual cenário econômico desfavorável vivido pelo país, e pelo maior volume de faturamento de energia recuperada, que possui naturalmente uma taxa de arrecadação inferior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia constituiu PECLD¹ no montante de R\$434.724 mil, correspondente a 2,65% da receita bruta de fornecimento o e suprimento de energia e receita de uso da rede.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu PECLD no montante de R\$ 849.515 mil, correspondente a 5,42% da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia e receita de uso da rede, em comparação com PECLD de R\$ 434.724 mil, correspondente a 2,65% da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia e receita de uso da rede no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento é explicado principalmente em função da reavaliação realizada pela Administração de todo o saldo em aberto do contas a receber tendo em vista a expectativa do recebimento futuro, já alinhada ao novo plano de combate à perda de energia, com base no histórico recente de recebimento dos saldos parcelados, e efetuou uma provisão adicional para refletir a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2019.

A inadimplência regulatória reconhecida nas tarifas da Companhia a partir da 4ª Revisão Tarifária Periódica é de 1,38% da receita bruta. Tal nível foi adotado pela ANEEL através de metodologia que agrupou as distribuidoras de energia de todo o país em clusters, definidos em função do índice de complexidade social desenvolvido pelo órgão regulador. Este índice também foi utilizado para o tratamento regulatório das perdas não técnicas de energia elétrica e leva em consideração diversas variáveis socioeconômicas das diferentes áreas de concessão.

Em 07 de julho de 2018, a Companhia assinou um acordo de parcelamento com um grande cliente da classe de serviço público, cujo montante a receber era de R\$163.212. Em 25 de junho de 2019, a Companhia assinou um aditivo a esse acordo, onde foi incorporado ao saldo de parcelamento de débitos o montante de R\$48.149. O montante atualizado é de R\$143.157 e encontra-se classificado no saldo de parcelamento de serviço público.

Em 16 de outubro de 2018, foi celebrado um contrato de confissão de dívida com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no montante de R\$78.551. O montante será recebido em 22 parcelas e o início do

¹ A Companhia, a partir de 2018, com a adoção da IFRS 9 (CPC 48), passou a constituir a Provisão Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) considerando um modelo prospectivo, com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos e considerada suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

recebimento ocorreu em março de 2019. O montante atualizado é de R\$92.177 e encontra-se classificado no saldo de parcelamento de poder público.

Light SESA R\$ mil (exceto %)	Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018		
	2019	2018	2017
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	849.515	434.724	408.695
Receitas de fornecimento e de suprimento	15.089.569	14.772.613	14.093.976
Receitas de uso de rede	1.836.483	1.569.600	1.073.730
Receita Bruta ¹	16.926.052	16.342.213	16.925.647
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa/receita bruta ²	5,02%	2,66%	2,41%

¹ Considera a receita de fornecimento, suprimento e de uso de rede.

² Considera a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa dividida pela receita bruta proveniente de fornecimento e uso de rede.

Perdas de Energia

A Light S.E.S.A. está sujeita a dois tipos de perda de eletricidade: perdas técnicas e perdas não técnicas. As perdas técnicas ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia elétrica, enquanto perdas não técnicas resultam do furto de energia, bem como de fraude, medição errada e erros de emissão de contas. As perdas de energia acarretam a obrigação de a Companhia adquirir mais energia para fazer face às suas necessidades de distribuição, ocasionando um aumento dos custos de compra de energia para revenda.

Com a conclusão da Audiência Pública nº 052/2007, em 25 de novembro de 2008, a ANEEL modificou a metodologia de cálculo da taxa de perdas de energia regulatória, que é repassada aos consumidores. A metodologia adotada pela ANEEL leva em consideração o índice de complexidade social, que permite diferenciar as áreas de concessão quanto a determinadas características socioeconômicas.

Com base nessa metodologia, as perdas não técnicas regulatórias são calculadas sobre o mercado de baixa tensão, considerando-se uma trajetória declinante ou percentual fixo até o fim do ciclo tarifário.

A metodologia de repasse das perdas não técnicas às tarifas foi atualizada e aprimorada pela ANEEL nas Audiências Públicas nº 040/2010 e nº 023/2014, sempre mantendo o conceito de avaliação da complexidade social das diversas áreas de concessão do país.

Em 15 de março de 2017, a ANEEL aprovou o processo de Revisão Tarifária da Light S.E.S.A., determinando os novos valores de perdas não técnicas que serão reconhecidos ao longo do ciclo regulatório. O percentual será de 36,06% sobre o mercado de baixa tensão. O percentual de perdas técnicas ficou em 6,34% da Carga Fio. Ambos percentuais permanecerão fixos até a próxima revisão tarifária em 2022.

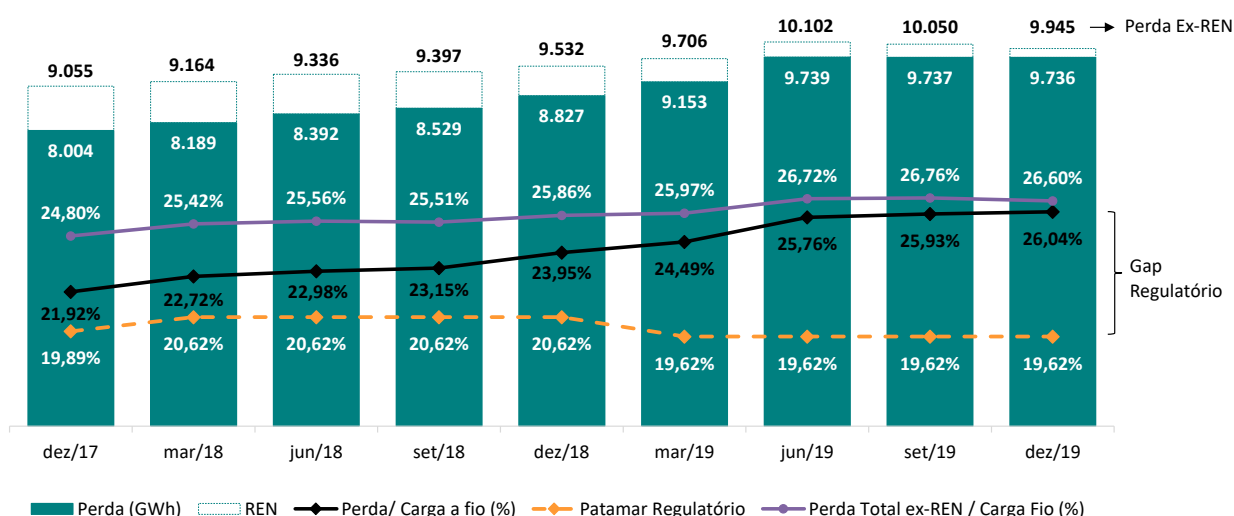
A partir de 2016 a Companhia passou a apresentar os dados de perdas desconsiderando a variação da energia não faturada e os consumidores de baixa tensão no mercado livre, a fim de aproximar-se da metodologia utilizada pela ANEEL para apuração dos dados.

A Light S.E.S.A. conseguiu reduzir as perdas de energia elétrica no ano de 2017, que totalizaram 8.004 GWh. Com isso, as perdas não técnicas totalizaram 5.651 GWh no ano de 2017, representando 39,01% sobre a energia faturada no mercado de baixa tensão e 21,92% sobre a carga fio.

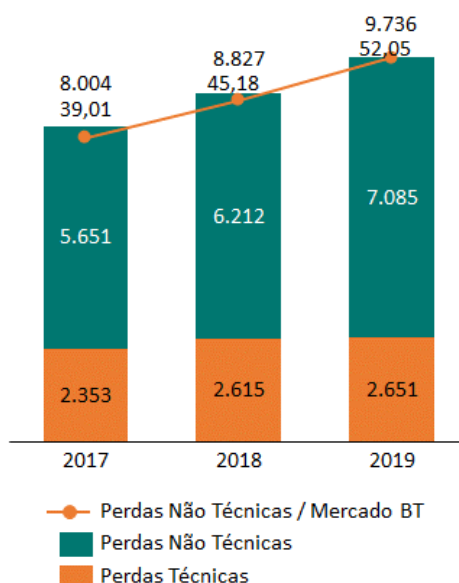
As perdas totais dos últimos 12 meses encerrados em 31 de dezembro de 2018 somaram 8.827GWh, representando 23,95% sobre a carga fio.

Em 31 de dezembro de 2019, a Light S.E.S.A. encontra-se 6,42 p.p. acima do percentual de repasse regulatório na tarifa, de 19,62%, conforme parâmetros definidos pela ANEEL no Reajuste Tarifário (RTP) de março de 2017, já ajustados pelo mercado de referência para os próximos 12 meses homologado pela ANEEL quando do reajuste tarifário (IRT) de março de 2019. As perdas totais, 12 meses, registradas em 31 de dezembro de 2019 atingiram 9.736 GWh.

Evolução da perda total 12 meses



Evolução nas perdas



b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As tarifas da Light S.E.S.A são determinadas de acordo com o Contratos de Concessão para distribuição de energia elétrica firmado com a ANEEL, bem como suas regulamentações e decisões, tendo esta agência discricionariedade no âmbito do exercício de suas atividades regulatórias. Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica em geral e a lei brasileira determinam um mecanismo de teto tarifário que permite três tipos de ajustes tarifários: (1) reajuste anual, que ocorre anualmente; (2) revisão periódica; e (3) revisão extraordinária.

O reajuste anual é realizado para repassar parte dos ganhos de produtividade, compensar efeitos da inflação e repassar aos consumidores custos estruturais das distribuidoras que excedam seu controle, tais como o custo de compra e transmissão de energia e encargos regulatórios. Já a revisão tarifária

periódica, que no caso da Light S.E.S.A. ocorre a cada cinco anos, com o objetivo de analisar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Na revisão tarifária, por sua vez, são determinadas a receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados. As distribuidoras também podem requerer uma revisão extraordinária, quando algum evento provocar significativo desequilíbrio econômico-financeiro ou em casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, após a assinatura dos contratos de concessão, desde que o impacto sobre as atividades das empresas seja devidamente comprovado.

Exercício Social 2019

Em 12 de março de 2019, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário anual da Light S.E.S.A. com vigência a partir de 15 de março de 2018.

O efeito médio para o consumidor foi de um aumento de 11,12%. Com relação às diferentes classes de consumo e níveis de tensão, cabe observar que os consumidores residenciais perceberão um aumento de 11,45%, conforme detalha a tabela a seguir, que também apresenta o impacto a ser percebido pelas demais classes e níveis de tensão.

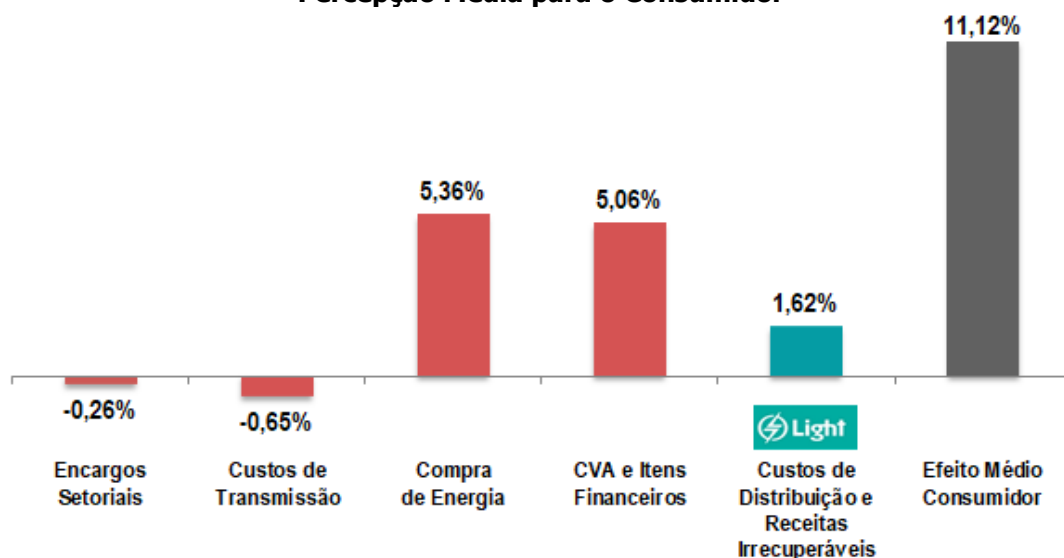
Percepção Média para o Consumidor por Classe e Nível de Tensão

	LIVRES + CATIVOS	EFEITO MÉDIO
Grupo A	A2 (88 a 138kV)	7,23%
	A4 (2,3 a 25 kV)	11,61%
	AS (subterrâneo)	12,33%
BT	B1 (residencial)	11,45%
	B2 (rural)	21,09%
	B3 (comercial)	11,60%
	B4 (ilum. pública)	11,53%
	Grupo A	10,20%
	BT	11,52%
	Grupo A+BT	11,12%

O processo de reajuste tarifário anual consiste no repasse aos consumidores dos custos não gerenciáveis da concessão (Parcela A - compra de energia, encargos setoriais e encargos de transmissão), e na atualização dos custos gerenciáveis (Parcela B - distribuição) pela variação do IPCA ajustada pelos componentes do Fator X, que repassa aos consumidores os ganhos de produtividade anuais da concessionária, os ajustes nos custos operacionais definidos na última Revisão Tarifária, além de incorporar os mecanismos de incentivos à melhoria da qualidade. Adicionalmente, a partir da Revisão Tarifária de 2017, as Receitas Irrecuperáveis passaram a compor item tarifário específico, atualizado anualmente de acordo com a variação da receita regulatória.

O gráfico abaixo resume a participação de cada item de custo no efeito médio percebido pelo consumidor.

Percepção Média para o Consumidor



A projeção dos itens não gerenciáveis da Parcela A contribuíram para um aumento de 4,44%², principalmente devido ao acréscimo no custo de compra de energia, com destaque para as usinas de Itaipu e da UTE Norte Fluminense, ambas com preços atrelados ao dólar – que aumentou 15% em relação ao último reajuste tarifário. Adicionalmente, houve aumento no preço das usinas cotistas e dos contratos por disponibilidade. Em consequência, o preço médio de repasse dos contratos (Pmix) foi definido em 210,08 R\$/MWh.

Já a retirada dos componentes financeiros do processo tarifário anterior e a inclusão dos novos representou um aumento de 5,06%, explicado, principalmente, pelo aumento da cota da CDE (a partir de setembro de 2018) e pela ocorrência de despesas com Itaipu, Cotas, Contratos por Disponibilidade e Risco Hidrológico sem a devida cobertura tarifária ao longo de 2018. Na época esses custos foram suportados pela Light e agora a ANEEL está repassando aos consumidores, conforme determina o contrato de concessão.

No que se refere ao repasse das perdas regulatórias, item incluído nos custos de Compra de Energia, foram mantidos os percentuais definidos na última Revisão Tarifária, de 36,06% sobre o mercado de baixa tensão para as perdas não técnicas e de 6,34% sobre a carga fio para as perdas técnicas.

Já o reajuste da Parcela B (que efetivamente fica com a Light para cobrir seus custos e remunerar seus investimentos) reflete a variação acumulada do IPCA no período, de 3,82%, deduzida do Fator X resultante da soma de 3 componentes: Fator X Pd, de 1,12%, relativo aos ganhos de produtividade; Componente T, de - 0,84%, relativo à trajetória de custos operacionais; e Componente Q, de - 0,39%, associado ao incentivo pela melhoria dos indicadores de qualidade verificada entre os anos de 2016 e 2017.

Atualização PB	%
IPCA	+ 3,82%
Fator X	-0,11%
<i>Fator X Pd (Produtividade)</i>	<i>+ 1,12%</i>
<i>Componente T (Trajetória Opex)</i>	<i>- 0,84%</i>
<i>Componente Q (Qualidade)</i>	<i>- 0,39 %</i>
Índice de atualização da Parcela B (IPCA – Fator X)	+ 3,93%

² Encargos Setoriais, Custos de Transmissão e Compra de Energia

Exercício Social 2018

Em 13 de março de 2018, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da Companhia. O resultado homologado representa um reajuste tarifário médio de 10,36%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) Estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 7,83%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) Financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, reduzido dos reconhecidos no processo anterior, que somam 2,5354%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2018.

Exercício Social 2017

Em 14 de março de 2017, a ANEEL aprovou o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica ("RTP") da Light S.E.S.A. A 4ª RTP, prevista inicialmente para ocorrer em 07 de novembro de 2018, foi antecipada para 15 de março de 2017 por meio da assinatura do Quinto Termo Aditivo ao seu Contrato de Concessão, aprovado na 7ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, realizada em 7 de março de 2017, nos termos do Despacho ANEEL nº 2.194 de 16 de agosto de 2016.

Em decorrência da assinatura do referido aditivo, os processos tarifários ordinários da Light S.E.S.A. passarão a ocorrer no dia 15 de março de cada ano, sendo que a próxima RTP está prevista para ocorrer em 15 de março de 2022. O prazo final da concessão da Light S.E.S.A. permanece em 4 de junho de 2026.

Foi efetuado o recálculo dos itens associados ao serviço de distribuição e redefinição dos percentuais de perdas regulatórias, que passaram a representar 36,06% do mercado de baixa tensão e o das perdas técnicas, 6,34% da Carga Fio regulatória (antes, tais repasses eram de 30,11% e 5,40%, respectivamente). As novas tarifas da Light S.E.S.A. refletem também uma atualização dos itens da Parcela A associados à compra de energia, aos encargos setoriais e aos custos de transmissão, bem como dos componentes financeiros.

O efeito conjunto deste processo resultou em um aumento médio de 10,45% nas contas de energia elétrica da Light S.E.S.A. a partir de 15 de março de 2017. Os itens associados às Receitas Irrecuperáveis e à Parcela B (Distribuição), associados aos custos gerenciáveis pela Light S.E.S.A., representam 2,81% do efeito médio total.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária eventos ou operações não usuais

A Companhia não realizou nos últimos três exercícios sociais aquisição ou alienação de participação societária que tenha tido ou que possa ter efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras;

c) Eventos ou operações não usuais.

- **Créditos de PIS e COFINS sobre ICMS**

Em 18 de fevereiro de 2008, a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 0012490-07.2008.4.02.5101 no tocante ao reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, o processo judicial da ação movida pela Companhia com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de excluir o ICMS pago da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa SELIC.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração entende que parcela dos créditos a serem recebidos pela Companhia podem ser objeto de restituição aos consumidores da sua área de concessão. Neste caso, consideramos que o período máximo aplicável para cálculo de tal devolução será de 10 anos. Sendo assim, a Companhia constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores que compreende o período dos últimos 10 anos, ou seja, de setembro de 2009 a agosto de 2019, líquido do PIS/COFINS incidente sobre a sua receita financeira de atualização. O montante representado pela diferença do total do crédito fiscal registrado pela Companhia e respectiva obrigação reconhecida pelo prazo supracitado, foi avaliado pela Administração como sendo de perda possível, motivo pelo qual não foi provisionado nas demonstrações financeiras.

A Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais estabelecidas pela Receita Federal do Brasil.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais do PIS e COFINS, incluindo sua atualização pela SELIC, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos nas informações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Efeitos no balanço patrimonial	R\$ mil
Tributos a recuperar – Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS (Nota 08)	6.203.145
Valores a serem restituídos a consumidores ^(a)	(3.605.664)
PIS e COFINS - Diferido	(118.025)
IR/CS - Diferido (Nota 09)	(843.015)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.636.441
Efeitos no resultado do exercício	R\$ mil
Recuperação de créditos de PIS e COFINS sobre ICMS (Nota 30) ^(b)	1.086.462

Receita financeira (Nota 34) ^(c)	1.461.190
PIS e Cofins sobre receita financeira	(68.196)
Imposto de renda e contribuição social	(843.015)
RESULTADO	1.636.441

^(a) Valores a serem restituídos aos consumidores sobre os créditos de PIS e COFINS da controlada Light SESA reconhecidos em agosto de 2019.

^(b) Refere-se aos créditos reconhecidos no resultado operacional, no montante de R\$3.670.374, líquidos dos valores a serem restituídos aos consumidores, de R\$2.583.912.

^(c) Refere-se a receita de atualização financeira dos créditos reconhecidos, no montante de R\$2.532.771, líquido dos valores a serem restituídos aos consumidores de R\$1.071.581.

No contexto da decisão judicial, o ICMS pago deixou de compor a base de cálculo do PIS e da COFINS nos faturamentos dos clientes da Companhia a partir do mês de setembro de 2019.

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4.a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, emitido pelo CPC e equivalente à norma internacional IFRS 16 - *Leases*, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17) e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) arrendamento de curto prazo (prazo inferior ou igual a doze meses); e (ii) arrendamentos para os quais o ativo é de baixo valor ou tenha como base pagamentos variáveis de arrendamento.

A Companhia aplicou inicialmente a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019 usando a abordagem retrospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a IFRS 16 (CPC 06 (R2)). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Em conformidade com a norma, a Companhia optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor.

O impacto mais significativo identificado pela adoção da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) nos ativos e passivos da Companhia foi pelo arrendamento operacional com locação de veículos.

Os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019, foram reconhecidos diretamente no balanço patrimonial, sem transitar pelo resultado do exercício, como segue:

01.01.2019

Ativos de direito de uso	72.691
Obrigações por arrendamentos	72.691

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018:

A Companhia adotou a IFRS 15 (CPC47) usando o método retrospectivo modificado, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado.

A IFRS 15 (CPC 47) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a norma, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A IFRS 15 (CPC 47) substitui as orientações atuais de reconhecimento da receita presente na IAS 18 (CPC 30) Receitas, IAS 11 (CPC 17) Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

A norma determina que a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação

variável. Ademais, a norma determina também o reconhecimento de ativo contratual representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria.

O impacto na adoção deste pronunciamento ocorreu: (i) no reconhecimento dos ressarcimentos aos clientes decorrentes das penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, como redução das receitas de uso da rede de distribuição (TUSD). Até 31 de dezembro de 2017, esses ressarcimentos eram reconhecidos como despesa operacional, e (ii) no reconhecimento de ativo contratual representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, que foram reclassificados da rubrica de ativo intangível da concessão para ativo contratual. Até 31 de dezembro de 2017, esses bens vinculados à concessão, em período de construção ou de melhoria, eram registrados no intangível em curso.

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia adotou a IFRS 9 (CPC 48) e não reapresentará as informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. As eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial da IFRS 9 (CPC 48) foram reconhecidas na rubrica de lucros/prejuízos acumulados.

A IFRS 9 (CPC 48) substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Essa alteração do modelo, tem como objetivo reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Com base no novo modelo, as perdas estimadas para contas a receber foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito dos últimos três anos (2017, 2016 e 2015). A Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo das taxas de perda separadamente por classe de consumo. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes.

Os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do período.

A IFRS 16 (CPC 06 (R2)) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A Companhia até a presente data não determinou o impacto da IFRS 16 (CPC 06).

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017:

Não houve alteração nas políticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

10.4.b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

Para os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019, a Companhia foram reconhecidos como ativos representando o direito de uso (ativos arrendados) e passivos de arrendamento o montante de R\$72.691 mil diretamente no balanço patrimonial, sem transitar pelo resultado do exercício, exercício.

Os saldos de arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2019 são de R\$73.656 no ativo e R\$76.162 no passivo, respectivamente, conforme aplicação da IFRS 16 (CPC 06 (R2)).

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos e imóveis	916	1.627	2.543
Máquinas e equipamentos	754	196	950
Veículos	28.412	44.257	72.669
TOTAL	30.082	46.080	76.162

ATIVO DE DIREITO DE USO	Adoção Inicial IFRS 16 CPC 06 (R2)	Adições de arrendamentos	Atualização monetária	Amortização	Baixa de arrendamentos	Saldo em 31.12.2019
Terrenos e imóveis	1.551	2.016	62	(1.161)	-	2.468
Máquinas e equipamentos	1.735	-	-	(823)	-	912
Veículos	69.405	94.139	-	(29.619)	(63.649)	70.276
TOTAL	72.691	96.155	62	(31.603)	(63.649)	73.656

OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	Adoção Inicial IFRS 16 CPC 06 (R2)	Adições de arrendamentos	Atualização monetária	Pagamento da parcela	Despesa de juros	Baixa de arrendamentos	Saldo em 31.12.2019
Terrenos e imóveis	1.551	2.016	62	(1.294)	208	-	2.543
Máquinas e equipamentos	1.735	-	-	(901)	116	-	950
Veículos	69.405	94.139	-	(33.722)	6.927	(64.080)	72.669
TOTAL	72.691	96.155	62	(35.917)	7.251	(64.080)	76.162

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018:

Na demonstração de resultado, a reclassificação entre as despesas gerais e administrativas e a receita líquida do montante referente aos ressarcimentos aos clientes decorrentes das penalidades por violação de indicadores de qualidade gerou uma redução na receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de R\$28.440 mil e reduções nas despesas gerais e administrativa de iguais valores no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 1º de janeiro de 2018, os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 foram reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do período, reduzindo em R\$256.577 mil a rubrica de Adiantamento de Clientes, aumentando em R\$87.236 mil o ativo na rubrica tributos diferidos e reduzindo os Lucros e acumulados em R\$169.341 mil.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017:

Nenhum efeito significativo nas práticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

10.4.c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

Ressalvas: Não há

Ênfases: Não há

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018:

Ressalvas: Não há

Ênfases: Não há

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017:

Ressalvas: Não há

Ênfases: Não há

10.5. Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As práticas contábeis críticas são aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração da Companhia, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

Segue abaixo a descrição das principais práticas contábeis críticas utilizadas pela Administração da Companhia, enfatizando principalmente as relacionadas às estimativas.

a. Provisão Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para o contas a receber. A matriz de provisão baseia-se na experiência real de perda de crédito, considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base os últimos três anos, e segregado por classe de consumo. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, iluminação pública e serviço público foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes. Os Diretores da Companhia entendem que essa política reflete de forma mais assertiva os montantes a serem apresentados nas demonstrações financeiras.

b. Receita não faturada

A Companhia reconhece a receita não faturada correspondente à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor. Essa receita é calculada com base estimada nos ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O efeito nas demonstrações financeiras da diferença entre a estimativa e o realizado é considerado imaterial.

Os Diretores da Companhia entendem que essa política reflete de forma mais assertiva os montantes a serem apresentados nas demonstrações financeiras.

c. Provisões

A Companhia reconhece uma provisão quando a mesma possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e se for provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. A provisão é constituída mediante avaliação e quantificação das ações, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração da Companhia e de seus assessores legais. Os Diretores da Companhia entendem que essa política reflete de forma mais assertiva os montantes a serem apresentados nas demonstrações financeiras.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Os novos requerimentos gerais para contabilidade de hedge mantiveram os três tipos de mecanismos de contabilização presentes da IAS 39 (CPC 38) que são: hedge de fluxo de caixa, hedge de valor justo e hedge de investimento líquido no exterior.

A IFRS 9 (CPC 48) traz maior flexibilidade para quais tipos de transação são elegíveis para a contabilidade de hedge, especialmente expandindo dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumento de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis para a contabilidade de hedge.

A Companhia e suas controladas não operam com contabilidade de hedge, porém realizaram swap de valor justo para mitigar o risco de exposição de empréstimo captado em moeda estrangeira.

e. Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia entende que os itens sujeitos ao desconto a valor presente são referentes a contas a receber de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes. A Companhia realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 10,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação de recursos da Companhia nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente. Os Diretores da Companhia entendem que essa política reflete de forma mais assertiva os montantes a serem apresentados nas demonstrações financeiras.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pela emissora, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nessa Proposta da Administração, nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas referentes aos três últimos exercícios sociais.

Para informações sobre contratos de recebimentos futuros de financiamentos, vide item 10.1(g)

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não possui arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e nas informações financeiras intermediárias.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há.

iv. contratos de construção não terminada

Não há.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos ou outros itens que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas referentes aos três últimos exercícios sociais.

10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da emissora

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

b. natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

10.8. Plano de Negócios

a. investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os principais investimentos nos últimos anos têm sido destinados à manutenção e ao aprimoramento da rede de distribuição.

A tabela a seguir apresenta os investimentos da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019:

Período	Exercício Social encerrado em dezembro em 2019	Exercício Social encerrado em dezembro em 2018	Exercício Social encerrado em dezembro em 2017
Investimento (R\$MM)	733,1	660,3	627,1

No ano de 2019, foram aplicados R\$ 733,1 milhões em projetos de investimentos, 11% acima do investido no ano de 2018.

Os investimentos realizados que se destacam são: o desenvolvimento de redes de distribuição e expansão, num montante de R\$ 395,6 milhões, com o intuito de atender ao crescimento de mercado, aumentar a robustez da rede e melhorar a qualidade; o combate as perdas, num montante de R\$ 229,1 milhões e a expansão das Linhas de Transmissão Subterrâneas, no montante de R\$ 108,4.

A Companhia planeja investir aproximadamente R\$ 847,4 milhões em 2020. Dos investimentos totais orçados para este período, R\$ 750,0 milhões destinam-se aos investimentos em ativos elétricos e R\$ 97,4 milhões para serem investidos em ativos não-elétricos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de Investimento por meio de (i) crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS e à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; (ii) emissão de debêntures de infraestrutura e notas promissórias no mercado de capitais brasileiro; e (iii) geração própria de caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

c. Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

O programa de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) é elaborado de acordo com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que define a obrigatoriedade das concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica em investir 0,2% da sua Receita Operacional Líquida em projetos de P&D, à Resolução ANEEL nº 271 de 19 de julho de 2000, e conforme os "Procedimentos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – PROP&D", aprovado pela Resolução nº 754, de 13 de dezembro de 2016. Seguem os projetos concluídos pela LIGHT SESA em 2019:

1. PD 00382 0094 /2017 - Identificador de derivação nos ramais de entrada de linhas subterrâneas de BT energizado utilizando método não invasivo.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2019, o programa de P&D realizou o gasto total de R\$ 26,1 milhões. Esses gastos incluem projetos de pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços e gastos com a gestão do programa de P&D.

iii projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2019 houve a continuidade na execução de 33 projetos de Pesquisa e Desenvolvimento iniciado em anos anteriores. São eles:

1. PD 00382 0091/2015: Desenvolvimento de cabeça de série de dispositivo de bloqueio e alarme de fraude por queima de bobina de potencial de medidores trifásicos eletromecânicos.
2. PD 00382 0092/2015: Sistema antifurto de cabos elétricos - FUNPEC/UFRN.
3. PD 00382 0093/2016: Aspectos regulatórios relacionados a perdas não técnicas em áreas de risco.
4. PD 00382 0095/2017: desenvolvimento de metodologia e sistema piloto de controle da condição operativa dos comutadores sob carga.
5. PD 04950 0716/2016: Siasse - Sistema de inteligência analítica do setor elétrico - Etapa II
6. PD 00382 0096/2018: Projeto lote pioneiro para óleo biodegradável substituto ao óleo DDB.
7. PD 00382 0097/2018: Medidor com identificação de violação.
8. PD 00382 0098/2018: Sistema de detecção da corrosão (SDC) para cabos CAA em linha energizada - lote pioneiro.
9. PD 00382 0099/2018: Sistema inteligente para tratamento de denúncia de fraude (SIDF).
10. PD 00382 0100/2018: Desenvolvimento de materiais nanotecnológicos para captura de gases em câmaras subterrâneas de sistemas de distribuição.
11. PD 00382 0101/2018: Detecção de vazamentos de óleos em cabos subterrâneos tipo OF.
12. PD 00382 0102/2018: Modelagem de indicadores de desempenho em empresa do setor elétrico: uma análise de desempenho à luz das linguagens contábil, econômica e financeira.
13. PD 00382 0103/2018: Cabeça de série de equipamento para balanço energético e qualidade de energia no combate às perdas.
14. PD 00382 0104/2018: Sistema de detecção de fraude por meio de *Random Forest*.
15. PD 00382 0105/2018: Sistema sensor de vazamentos de óleo em cabos OF - cabeça de série.
16. PD 00382 0106/2018: Determinação de limites de carregamento de transformadores levando em conta modelos termodinâmicos e análise tridimensional (3D).
17. PD 00382 0107/2018: Postes de madeira: materiais poliméricos e compósitos para recuperação estrutural.
18. PD 00382 0108/2018: Limitador de corrente de curto circuito híbrido para sistemas de distribuição.

19. PD 00382 0109/2018: Classificação de lâmpadas utilizadas em iluminação pública – desenvolvimento de metodologia não invasiva e protótipo.
20. PD 00382 0110/2018: Abordagem e sistema para suporte ao direcionamento de campo e cálculo de TOI para área de perdas.
21. PD 00382 0111/2018: Previsão de probabilidades de falhas e estimação de sinistros em estruturas, equipamentos e circuitos das redes de distribuição subterrâneas.
22. PD 00382 0112/2018: Sistema de planejamento e monitoramento da manutenção de redes de distribuição de energia elétrica.
23. PD 00382 0113/2018: Desenvolvimento de um sistema para mapeamento de campos elétricos e magnéticos em subestações.
24. PD 00382 0114/2018: Desenvolvimento de cabeça-de-série e validação em campo de sistema com transformadores de corrente automonitorados (TCAM/FCAM), visando o combate a perdas não técnicas.
25. PD 00382 0115/2018: Desenvolvimento de modelos analíticos avançados, com base em aprendizado de máquina para detecção de padrões de fraude ou anomalias sobre base de clientes telemedidos.
26. PD 00382 0116/2018: Ferramenta de apoio gerencial para planejamento das ações de manutenção das redes de distribuição com previsibilidade do impacto nos indicadores de DEC, FEC e compensação financeira.
27. PD 00382 0117/2018: Atendente virtual inteligente.
28. PD 00382 0118/2018: Desenvolvimento de ferramenta de gestão energética (hardware e software) de baixo custo para aplicações em clientes de poder público e comerciais.
29. PD 00382 0119/2018: Desenvolvimento de metodologia e aplicativo computacional de cálculo segmentado do balanço energético e perdas para direcionamento de ações de melhoria.
30. PD 00382 0120/2018: Avaliação de condicionantes e de modelos de negócio para a implementação de uma plataforma negocial para comercialização de créditos de energia oriundos de unidades de geração distribuída.
31. PD 00382 0121/2018: Identificação de fraudes embutidas por sobreposição de camadas de imagens.
32. PD 00391 0032/2018: Modernização das tarifas de distribuição de energia elétrica.
33. PD 00678 0118/2018: Solução ambiental para retenção de vazamento de óleo de transformadores.

Foram iniciados 08 (oito) novos projetos na Light SESA ao longo do ano de 2019. São eles:

1. PD 00382 0122/2019: Equipamento para Redução de Esforços físicos e de impactos a saúde do Eletricista nos serviços em BT.
2. PD 00382 0123/2019: Desenvolvimento de Soluções para Mobilidade Elétrica Compartilhada: Infraestruturas e sistemas de abastecimento para e-carsharing e Micromobilidade.
3. PD 00382 0124/2019: Lote pioneiro de transformadores blindados para áreas de alta violência urbana.

4. PD 00382 0125/2019: Rastreador de ligações irregulares.
5. PD 00382 0126/2019: Assistente de leitura e detecção de fraude usando imagens térmicas e análise de campo magnético por meio de inteligência artificial e visão computacional.
6. PD 00382 0127/2019: Manutenção em Subestações Elétricas assistida por Realidade Aumentada.
7. PD 00382 0128/2019: Controle de níveis de pressão sonora em subestação de energia.
8. PD 00382 0129/2019: Análise dos impactos da mini e micro-geração distribuída com fonte fotovoltaica na qualidade da energia elétrica em redes de distribuição.

iv montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No ano de 2019, a Light SESA realizou o montante de R\$ 4,5 milhões no desenvolvimento de novos produtos e serviços. Os valores são relativos aos investimentos em projetos que estão nas fases cabeça de série, lote pioneiro e inserção de mercado, que fazem parte da cadeia de inovação do Programa de P&D ANEEL.

10.9 outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO III - ELEIÇÃO DO MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

12.5. Em relação a cada um dos administradores do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a. nome**
- b. data de nascimento**
- c. profissão**
- d. CPF ou número do passaporte**
- e. cargo eletivo ocupado**
- f. data de eleição**
- g. data da posse**
- h. prazo do mandato**
- i. outros cargos ou funções exercidos no emissor**
- j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não**
- k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência**
- l. número de mandatos consecutivos**

Administração:									
<i>a. data de nascimento</i>	<i>b. profissão</i>	<i>c. CPF ou número do passeaporte</i>	<i>d. cargo eletivo a ocupar</i>	<i>e. data da AGE eleição</i>	<i>f. data da Posse</i>	<i>g. prazo do mandato</i>	<i>h. outros cargos exercidos na Cia.</i>	<i>i. indicação pelo controlador ou não</i>	<i>j. Menor independente</i>
1/1946	Advogado	024884777-53	Conselheiro de Administração	28.04.2020	28.04.2020	Até AGO 2021	Conselheiro de Administração	Sim	Não

- i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
- nome e setor da atividade da empresa
 - cargo
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor
- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

Hélio Paulo Ferraz

O Sr. Hélio Paulo Ferraz é Bacharel em Direito na PUC/RJ e possui formação em Administração Judicial pela Escola de Administração Judiciária (ESAJ – TJRJ). Desde de 2017 é Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). É integrante da lista de Árbitros e Mediadores na Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem (CBMA) e da lista de Mediadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Câmara De Comércio Brasil/Portugal, além de ser Mediador Judicial do TJRJ.

- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial Não se aplica.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

<i>Conselho de Administração</i>	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
David Zylbersztajn	100,00%
Antonio Rodrigues dos Santos e Junqueira	100,00%
Carlos Alberto da Cruz	100,00%
Carlos da Costa Parcias Júnior	100,00%
Carlos Marcio Ferreira	100,00%
Octávio Cortes Pereira Lopes	100,00%
Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes	100,00%
Ricardo Reisen de Pinho	100,00%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários³:

Não se aplica.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não se aplica.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Não há.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há.

³ As informações prestadas neste item devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**
- b. controlador direto ou indireto do emissor**
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não se aplica.

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Não há.

12.13. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

ANEXO IV-ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL
(informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

12.5. Em relação a cada um dos membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a. nome**
- b. data de nascimento**
- c. profissão**
- d. CPF ou número do passaporte**
- e. cargo eletivo ocupado**
- f. data de eleição**
- g. data da posse**
- h. prazo do mandato**
- i. outros cargos ou funções exercidos no emissor**
- j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não**
- k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência**
- l. número de mandatos consecutivos**

Membros do Conselho Fiscal:											
nome	b. data de nascimento	c. profissão	d. CPF ou número do passaporte	e. cargo eletivo a ocupar	f. data da AGO de eleição	g. data da Posse	h. prazo do mandato	i. outros cargos exercidos na Cia.	j. Indicação	k. Membro independente	l. Nº de Mandatos Consecutivos
Domenica Eisntein Noronha	13.01.1977	Administradora de Empresas	090.448.297-93	Membro Efetivo	28.04.2020	28.04.2020	Até AGO 2021	Não possui	Administração	Não	3º mandato consecutivo
Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna	23.02.1977	Administradora Pública	016.833.347-36	Membro Efetivo	28.04.2020	28.04.2020	Até AGO 2021	Não possui	Administração	Não	2º mandato
Marcelo Souza Monteiro	03.11.1963	Economista	803.398.757-04	Membro Efetivo	28.04.2020	28.04.2020	Até AGO 2021	Não possui	Administração	Não	2º mandato
Maurício Rocha Alves de Sousa	12.09.1961	Engenheiro	709. 925.507-00	Membro Suplente	28.04.2020	28.04.2020	Até AGO 2021	Não possui	Administração	Não	3º mandato consecutivo
João Alan Haddad	23.06.1957	Advogado	220.071.136-00	Membro Suplente	28.04.2020	28.04.2020	Até AGO 2021	Não possui	Administração	Não	2º mandato
Michele da Silva Gonsales	25.11.1983	Advogada	324.731.878-00	Membro Suplente	28.04.2020	28.04.2020	Até AGO 2021	Não possui	Administração	Não	2º mandato

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome e setor da atividade da empresa
- cargo
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

Membros Efetivos

Domenica Eisenstein Noronha

Formada em Administração pela Georgetown University, em Washington DC, magna cum laude, com concentrações em Finanças, Negócios Internacionais e Economia. Certificações: CFA, CGA, CPA-20, FSA Credential-holder, e Séries 7. Desde 2010, é sócia da gestora Tempo Capital Gestão de Recursos Ltda. Trabalhou por mais de 10 anos no banco americano Morgan Stanley, onde chegou a Executive Director com responsabilidades sobre as execuções de transações de capital markets para a América Latina. Ocupou os seguintes cargos em empresas de capital aberto: Membro do Conselho Fiscal da Lojas Americanas (2019 a 2020), da BRADESPar (2018 a 2020), da Oi S.A. (2018 a 2019) da Fibria Celulose S.A. (2018 a 2019); da Usinas Siderúrgica de Minas Gerais S.A. – Usiminas (abril 2015 a abril de 2016 e de abril de 2017 a abril de 2018); Membro do Conselho Fiscal da Embratel Participações S.A. (abril de 2012 a agosto de 2014). Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da Light S.A. e da Light S.E.S.A.

Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna

Administradora pública, Bacharel em Comunicação Social pela UFRJ, Pós-Graduação em Políticas Públicas pela IUPERJ, Development Studies MSc pela University of London e Doutora em Ciências Políticas pela UERJ. É Secretária Estado de Educação de Minas Gerais desde 2019, foi Subsecretária de Infraestrutura e Tecnologia na SEEDUC do Rio de Janeiro entre 2017 e 2018, Assessora Especial na SEEDUC do Rio de Janeiro entre 2015 e 2017, Assessora de Planejamento na SEEDUC do Rio de Janeiro entre 2011 e 2014. Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da Light S.A. e da Light S.E.S.A.

Marcelo Souza Monteiro

O Sr. Marcelo Souza Monteiro é formado em economia pela Universidade Federal Fluminense e Mestre em Economia pela PUC/RJ. Atualmente é Conselheiro de Administração da Triunfo Participações e Investimentos S.A., empresa do setor de infraestrutura, com atuação nos segmentos de concessões rodoviárias, aeroportuária e geração de energia (desde abril 2010). Foi conselheiro de administração independente da Equatorial Energia – empresa do setor elétrico (de abril 2015 a abril 2019), conselheiro de administração independente da TAESA – Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. empresa de transmissão de energia elétrica (de abril de 2014 a abril de 2015) e conselheiro de administração independente da CESP - Companhia Energética de São Paulo (de abril 2010 a abril 2012). Antes de 2010 ocupou cargos na Equatorial Energia/CEMAR, no Pactual Capital Partners – PCP/UBS; e Cia Paranaense de Energia (COPEL). Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da Light S.A. e da Light S.E.S.A.

Membros Suplentes

Maurício Rocha Alves de Carvalho

Engenheiro mecânico, formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1983. Possui MBA pela Wharton School – University of Pennsylvania em 1988. Possui Certificações: CFA 2005, CNPI 2006 e IBGC em 2009. O Sr. Maurício ocupa ou ocupou os cargos abaixo: Membro do Conselho Fiscal da Lojas Americanas S.A. e Embraer S.A. (abril 2017 a abril 2018). Foi Membro do Conselho de Administração (de 2009 a 2014). Foi presidente do Comitê de Finanças (de 2011 a 2014) na Intersmart

Distribuidora de Equipamentos de T.I. Foi Membro do Conselho Fiscal da Grendene S.A. de 2012 a 2015. Foi Membro do Conselho Fiscal da SLC Agrícola de 2013 a 2016. Foi Membro do Conselho Fiscal da Mills S.A. de 2011 a 2014. Foi membro do Conselho Fiscal da Sonae Sierra Brasil de 2012 a 2013 e foi Membro do Conselho Fiscal da Tpy de 2010 a 2012. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Light S.A. e da Light S.E.S.A.

João Alan Haddad

Advogado, graduado em Administração pelo Centro Universitário Newton Paiva e em Direito pelo Centro Universitário de Sete Lagoas- UNIFEMM. Atuou de 1975 até 2011 como Analista Econômico Financeiro na Companhia Energética de Minas Gerais. De 2011 até março de 2019 foi Diretor das empresas Parati S.A., Redentor Energia S.A., Rio Minas Energia Participações S.A. e Luce Empreendimentos e Participações S.A., empresas do Grupo Cemig, detentora da totalidade do capital social. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Light S.A. e da Light S.E.S.A.

Michele da Silva Gonsales

Advogada, graduada pela Faculdade Presbiteriana Mackenzie, especialista em Direito Societário e Compliance. Foi Gerente do Departamento Jurídico na empresa R&R Engenheiros Associados Ltda e Compacta- (de 08/2008- 01/2018). Sócia no escritório Ricardo Gimenez Sociedade de Advogados desde 01/2018; Conselheira fiscal da CEMIG (04/2018-08/2019) e Conselheira Fiscal Suplente da Light (2019-2020).

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial

Os senhores indicados para membros do Conselho Fiscal, mencionados no item 12.5 acima, declararam para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estiveram sujeitos aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

<i>Conselho Fiscal</i>	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Domenica Eisntein Noronha	100,00%
Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna	100,00%
Marcelo Souza Monteiro	100,00%
Maurício Rocha Alves de Sousa	0%
João Alan Haddad	0%
Michele da Silva Gonsales	45,55%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários⁴:

Não se aplica.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não se aplica.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

e. administradores do emissor

Não há.

f. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há.

g. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há.

h. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

d. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

⁴ As informações prestadas neste item devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

- e. controlador direto ou indireto do emissor**
- f. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não se aplica.

ANEXO V - Remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal
Proposta de Remuneração da Administração e do Conselho Fiscal

Para o exercício social de 2020 (compreendido o período de janeiro a dezembro), a Companhia apresentou, em Reunião do Conselho de Administração de 17 de março de 2020, a proposta de remuneração anual global dos Administradores da Companhia no valor total de R\$ 20.310.110,00 (vinte milhões, trezentos e dez mil e cento e dez reais), e a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal no valor de até R\$ 373.351,00 (Trezentos e setenta e três mil, trezentos e cinquenta e um reais).

A remuneração global dos Administradores e Conselho Fiscal totaliza **R\$ 20.683.461,00 (vinte milhões e seiscientos e oitenta e três mil e quatrocentos e sessenta e um reais)**.

Proposta 2020	Light S.E.S.A.
Conselho de Administração	3.088.320
Diretoria Estatutária	17.221.790
Conselho Fiscal	373.351
Total	20.683.461

A Companhia disponibiliza a seguir tabela sumária com o montante anual consolidado, segregado por órgão, apresentando (i) os valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2019, e (ii) os valores realizados, conforme divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

2019 – Proposto x Real	Proposta AGO 2019 (jan/19 a dez/19)	Realizado 2019 (jan/19 a dez/19)	Diferença
Conselho de Administração	2.190.213	2.127.777	-62.436
Diretoria Estatutária	19.136.117	16.254.978	-2.881.139
Conselho Fiscal	897.632	483.256	-414.376
Total	22.223.962	18.866.011	-3.357.951

A seguir, a Companhia também disponibiliza tabela com o montante anual consolidado, segregado por órgão, apresentando (i) os valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2019, e (ii) os valores propostos para o exercício social de 2020, a serem aprovados em Assembleia Geral.

Proposta 2019 x 2020	Proposta AGO 2019	Proposta AGO 2020	Diferença
Conselho de Administração	2.190.213	3.088.320	898.107
Diretoria Estatutária	19.136.117	17.221.790	-1.914.327
Conselho fiscal	897.632	373.351	-524.281
Total	22.223.962	20.683.461	-1.540.501

O valor proposto para o exercício social de 2020 é 6,9% inferior à proposta aprovada na AGO de 2019, justificado principalmente por: (i) Redução do quadro da diretoria de 9 para 6,5 e do conselho fiscal de 10 renumerados para 3 titulares remunerados e 3 suplentes não remunerados.

Item 13 do Formulário de Referência

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não Estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia segue as práticas baseadas em pesquisas de mercado e visa atrair e reter profissionais competentes e qualificados, capazes de criar e implementar as estratégias do negócio da Companhia, estimulando resultados.

A estratégia da Companhia é manter uma política transparente e sustentável voltada para a Cultura de Resultados. Tal política de remuneração está estruturada para recompensar os Administradores diretamente com seu desempenho para o negócio da Companhia, por meio da aferição de metas pré-estabelecidas, baseadas em parâmetros determinados a cada exercício social. Dentro desse contexto, a remuneração variável tem papel importante, pois permite que os acionistas compartilhem com os executivos o sucesso e a criação de valor, gerando uma visão de longo prazo e sustentabilidade, bem como alinhando os interesses de ambos.

Anualmente a proposta de remuneração é aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, divulgada na Proposta da Administração (<http://ri.light.com.br/governanca/assembleias-e-reunioes>) e, após aprovação, também é divulgada no site de RI, dentro do escopo do Relatório Anual da Companhia <http://ri.light.com.br/sustentabilidade/modelo-de-negocio>

A proposta de remuneração para o exercício social de 2020 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 28 de abril de 2020.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

1. Conselho de administração

Conforme política de remuneração da Companhia, os membros do Conselho de Administração fazem jus apenas a uma remuneração fixa que representa o honorário pago mensalmente, tendo como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação do conselheiro, baseado e na contribuição para o desempenho e o crescimento do negócio da Companhia.

Sobre a remuneração fixa há o recolhimento de encargos sociais.

Os membros recebem também o reembolso legal de despesas de locomoção e estadias, necessárias ao desempenho da função, mas não recebem qualquer tipo de benefício (assistência médica, seguro de vida, benefícios pós-empregos etc.)

O Conselho de Administração não é elegível à remuneração variável.

2. Diretoria

Conforme política de remuneração da Companhia, os membros da Diretoria estatutária fazem jus à remuneração fixa, remuneração variável e benefícios.

A remuneração fixa representa o honorário pago mensalmente pela posição que ocupam, tendo como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação do diretor, baseado na contribuição para o desempenho e o crescimento do negócio da Companhia.

A remuneração variável é composta por um bônus de curto prazo, de acordo com a complexidade da posição, ambos atrelados à performance de metas e indicadores de desempenho, o que permite compartilhar os riscos e os resultados, alinhando os interesses da estratégia da companhia aos executivos.

Os benefícios são os praticados pelo mercado, sendo composto por assistência médica, odontológica, previdência privada e seguro de vida.

3. Conselho Fiscal

A remuneração do Conselho Fiscal é fixada pela assembleia geral que os elege e conforme prescrito no § 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76 não pode ser inferior a 10% da média da remuneração atribuída a cada diretor, excluindo benefícios, verbas de representação e remuneração variável. Os membros do Conselho Fiscal fazem jus apenas a remuneração fixa, tendo como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação do diretor, baseado em parâmetros de mercado e na contribuição para o desempenho e o crescimento do negócio da Companhia. Adicionalmente, possui direito aos reembolsos legais de despesas de locomoção e estadias necessários ao desempenho da função.

Sobre a remuneração fixa há o recolhimento de encargos sociais.

Conforme política de remuneração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal não são elegíveis à remuneração variável e não recebem qualquer tipo de benefício (assistência médica, seguro de vida, benefícios pós-emprego etc.)

4. Comitês

A Companhia não possui comitês.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Exercício de 2020 - Previsto	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	83,3%	34,2%	83,3%	42,4%
Benefícios diretos ou indiretos	0,0%	6,5%	0,0%	5,4%
Participações em comitês	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros (encargos)	16,7%	6,8%	16,7%	8,5%
Remuneração variável				
Bônus	0,0%	40,7%	0,0%	33,9%
Participação de resultados	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Participação em reuniões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros (encargos)	0,0%	8,1%	0,0%	6,8%
Pós emprego	0,0%	2,8%	0,0%	2,3%
Cessação do cargo	0,0%	0,9%	0,0%	0,7%
Baseada em ações	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total da remuneração	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Exercício de 2019 - Realizado	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	83,3%	39,4%	83,3%	45,5%
Benefícios diretos ou indiretos	0,0%	5,1%	0,0%	4,4%
Participações em comitês	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros (encargos)	16,7%	11,0%	16,7%	11,8%
Remuneração variável				
Bônus	0,0%	23,3%	0,0%	20,1%
Participação de resultados	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Participação em reuniões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros (encargos)	0,0%	6,5%	0,0%	5,6%
Pós emprego	0,0%	3,2%	0,0%	2,8%
Cessação do cargo	0,0%	11,4%	0,0%	9,8%
Baseada em ações	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total da remuneração	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Exercício de 2018 - Realizado	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	83,3%	31,1%	83,3%	35,6%
Benefícios direto e indireto	0,0%	3,8%	0,0%	3,5%
Participações em comitês	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros (encargos)	16,7%	13,3%	16,7%	13,6%
Remuneração variável				
Bônus	0,0%	25,7%	0,0%	23,5%
Participação de resultados	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Participação em reuniões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros (encargos)	0,0%	7,2%	0,0%	6,6%
Pós-emprego	0,0%	2,3%	0,0%	2,1%
Cessação do cargo	0,0%	16,5%	0,0%	15,1%
Baseada em ações (incluindo opções)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total da remuneração	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Exercício de 2017 - Realizado	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	83,3%	28,9%	83,3%	32,7%
Benefícios diretos ou indiretos	0,0%	4,7%	0,0%	4,4%
Participações em comitês	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros (encargos)	16,7%	8,6%	0,0%	9,2%

Exercício de 2017 - Realizado	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração variável				
Bônus	0,0%	42,1%	0,0%	39,2%
Participação de resultados	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Participação em reuniões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros (encargos)	0,0%	11,8%	0,0%	11,0%
Pós emprego	0,0%	1,9%	0,0%	1,7%
Cessação do cargo	0,0%	2,0%	0,0%	1,8%
Baseada em ações	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total da remuneração	100,0%	100,0%	0,0%	100,0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conforme Política de Remuneração da Companhia, os Diretores têm sua remuneração avaliada por meio de pesquisas realizadas por consultoria externa especializada (Hay Group e Willis Towers Watson), para que seja possível aferir a competitividade e garantir a equidade face aos valores pagos pelo mercado. A pesquisa é feita, anualmente, considerando-se empresas de porte similar e/ou do setor, bem como as atribuições, a complexidade e o nível de conhecimento exigido pelo cargo, ou seja, de acordo com o desafio da posição.

A remuneração variável depende do alcance de metas de resultados financeiros e operacionais que são comuns para todos os membros da Diretoria, conforme indicado no item i.2 acima.

As metas são geralmente definidas com base em indicadores financeiros e estratégicos. Os indicadores objetivos são revistos anualmente, conforme as estratégias dos negócios da Companhia. Ao final do exercício social é avaliado o atingimento das metas e calculada a remuneração variável resultante, por meio de uma fórmula que leva em consideração o atingimento das metas da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal têm a sua remuneração reajustada anualmente pela inflação.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, os valores e os critérios para a sua determinação são estabelecidos ou verificados, conforme o caso, pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Recursos Humanos, como descrito no item 13.1. "a" acima.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Conforme política de remuneração da Companhia, apenas a Diretoria é elegível a remuneração variável (bônus), alinhada à sua estratégia de compartilhar com os executivos o sucesso e criação de valor, além de criar uma visão de longo prazo e sustentabilidade, incentivando a busca pelos resultados.

A remuneração variável é um componente importante para o alinhamento dos resultados, uma vez que o Diretor apenas receberá essa parcela após a medição dos resultados das metas globais da Companhia.

O Conselho de Administração não possui remuneração variável, fazendo jus a remuneração fixa paga mensalmente, conforme práticas observadas em pesquisas contratadas junto a consultorias especializadas.

Caso instalado, o Conselho Fiscal também não possui remuneração variável, fazendo jus a remuneração fixa, equivalente ao limite mínimo legal de 10% da remuneração atribuída aos diretores, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, que representa o

honorário pago mensalmente, baseada no cargo que venham a ocupar: membro efetivo ou membro suplente. Para referência, o Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária de 29/04/19.

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria recebem uma remuneração global rateada entre a Companhia, a Light S.E.S.A. e a Light Energia S.A., vide item 13.15 desta Proposta da Administração.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Conforme política de remuneração da companhia, apenas os membros da Diretoria são elegíveis à remuneração variável (bônus). Para a determinação da remuneração variável de curto prazo, são levados em consideração os indicadores globais da Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração, que contém as metas definidas para o exercício:

(i) Indicadores financeiros: EBITDA e Lucro Líquido; e

(ii) Indicadores operacionais: qualidade dos serviços prestados (DEC/FEC, Pesquisa de Satisfação dos Clientes), taxa de perdas, taxa de arrecadação, dentre outros.

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis ao pagamento da remuneração variável, por isso não possuem indicadores de desempenho atrelados a remuneração.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conforme política de remuneração da Companhia, apenas os membros da Diretoria são elegíveis à remuneração variável (bônus). A remuneração variável está diretamente atrelada à performance global da Companhia e ao alcance das metas estabelecidas para o período em questão. Para maiores esclarecimentos, favor avaliar o item “c” acima a respeito do vínculo entre a remuneração e os indicadores de desempenho.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não são elegíveis ao pagamento de remuneração variável, por isso não possuem indicadores de desempenho atrelados a remuneração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração da Companhia tem como objetivo principal alinhar o interesse dos Administradores com os dos Acionistas, atribuindo uma remuneração total e respectivos componentes compatíveis com as melhores práticas observadas nos mercados de atuação da Companhia.

Conforme política de remuneração da Companhia, apenas a Diretoria é elegível à remuneração variável (bônus).

A remuneração variável está alinhada aos objetivos de curto, médio e longo prazos, bem como de geração de valor para os acionistas, compartilhando os riscos e os resultados entre os executivos da Companhia, visto que está atrelada a indicadores financeiros e estratégicos, definidos a cada exercício, em linha com o plano de negócios da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração são elegíveis apenas ao pagamento de remuneração fixa, que é corrigida anualmente pela inflação. A remuneração fixa dos conselheiros, bem como dos Diretores, é compatível com as referências de mercado, permitindo atrair profissionais gabaritados e preparados para exercer responsabilidades com alto desempenho.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria recebem uma remuneração global rateada entre a Companhia, a Light S.E.S.A. e a Light Energia S.A., vide item 13.15 desta Proposta da Administração.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Companhia não possui comitês de assessoramento ao Conselho no processo de remuneração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Conforme Política de Remuneração da Companhia, os Diretores têm sua remuneração avaliada por meio de pesquisas realizadas por consultoria externa especializada (Hay Group e Willis Towers Watson), para que seja possível aferir a competitividade e garantir a equidade face aos valores pagos pelo mercado. A pesquisa é feita, anualmente, considerando-se empresas de porte similar e/ou do setor, bem como as atribuições, a complexidade e o nível de conhecimento exigido pelo cargo, ou seja, de acordo com o desafio da posição.

A remuneração variável depende do alcance de metas de resultados financeiros e operacionais que são comuns para todos os membros da Diretoria.

As metas são geralmente definidas com base em indicadores financeiros e estratégicos. Os indicadores objetivos são revistos anualmente, conforme as estratégias dos negócios da Companhia. Ao final do exercício social é avaliado o alcance das metas pelos Diretores e, em seguida, calculada a remuneração variável resultante, por meio de uma fórmula que leva em consideração o alcance das metas da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração têm a sua remuneração reajustada anualmente pela inflação.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A remuneração fixa e variável paga pela Companhia aos seus administradores será avaliada e aprovada 1 (uma) vez ao ano pelo Conselho de Administração, de acordo com os limites determinados em Assembleia Geral Ordinária e levando em consideração pesquisas realizadas internamente, de forma que seja possível aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração.

13.2. Remuneração total por órgão reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal ⁵:

⁵ As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam

Exercício de 2020 - Remuneração Total Proposta				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,8	6,5	6,0	22,3
Nº de membros remunerados	9,8	6,5	3,0	19,3
Remuneração fixa anual	3.088.320,00	8.180.899,74	373.351,26	11.642.570,99
Salário ou pró-labore	2.573.600,00	5.891.284,99	311.126,07	8.776.011,07
Benefícios direto e indireto	0,00	1.111.348,76	0,00	1.111.348,76
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	514.720,00	1.178.265,98	62.225,18	1.755.211,17
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	
Remuneração variável	0,00	8.411.520,00	0,00	8.411.520,00
Bônus	0,00	7.009.600,00	0,00	7.009.600,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.401.920,00	0,00	1.401.920,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Refere-se a encargos sociais		
Pós-emprego	0,00	479.610,61	0,00	479.610,61
Cessação do cargo	0,00	149.760,00	0,00	149.760,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Memória de Cálculo: 117,60/12=9,8	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Memória de Cálculo: 78,00/12=6,5	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Memória de Cálculo: 72,00/12=6	
Total da remuneração	3.088.320,00	17.221.790,35	373.351,26	20.683.461,60

estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

Exercício de 2019 - Remuneração Total Realizada				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,92	6,92	6,25	24,17
Nº de membros remunerados	9,42	6,92	4,75	21,17
Remuneração fixa anual	2.127.777,30	9.329.425,63	483.255,60	11.940.458,53
Salário ou pró-labore	1.773.147,71	6.142.183,53	402.713,03	8.318.044,27
Benefícios direto e indireto	0,00	1.136.040,34	0,00	1.136.040,34
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	354.629,59	2.051.201,76	80.542,57	2.486.373,92
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	-
Remuneração variável	0,00	4.372.251,04	0,00	4.372.251,04
Bônus	0,00	3.555.268,36	0,00	3.555.268,36
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	816.982,68	0,00	816.982,68
Descrição de outras remunerações variáveis		Refere-se a encargos sociais		-
Pós-emprego	0,00	476.101,64		476.101,64
Cessação do cargo	0,00	2.077.199,96	0,00	2.077.199,96
Baseada em ações (incluindo opções)				-
Observação	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Memória de Cálculo: 131,00/12=10,92	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Memória de Cálculo: 84/12=7,00	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Memória de Cálculo: 75/12=6,25	
Total da remuneração	2.127.777,30	16.254.978,27	483.255,60	18.866.011,17
Exercício de 2018 - Remuneração Total Realizada				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	16,58	8,00	5,67	30,25
Nº de membros remunerados	12,75	8,00	5,67	26,42
Remuneração fixa anual	1.649.553,22	10.996.582,25	486.744,68	13.132.880,15
Salário ou pró-labore	1.374.689,07	7.085.129,23	405.620,64	8.865.438,91
Benefícios direto e indireto	0,00	872.111,92	0,00	872.111,92
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	274.864,15	3.039.341,11	81.124,04	3.395.329,30

Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	
Remuneração variável	0,00	7.501.865,37	0,00	7.501.865,37
Bônus	0,00	5.860.832,06	0,00	5.860.832,06
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.641.033,31	0,00	1.641.033,31
Descrição de outras remunerações variáveis		Refere-se a encargos sociais		
Pós-emprego	0,00	521.949,16	0,00	521.949,16
Cessação do cargo	0,00	3.769.660,45	0,00	3.769.660,45
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Memória de Cálculo: 199,00/12=16,58	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Memória de Cálculo: 96/12=8,00	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Memória de Cálculo: 68/12=5,67	
Total da remuneração	1.649.553,22	22.790.057,23	486.744,68	24.926.355,13

Exercício de 2017 - Remuneração Total Realizada				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	17,42	8,25		25,67
Nº de membros remunerados	13,92	8,25		22,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.370.215,52	6.458.413,68		7.828.629,20
Benefícios direto e indireto	0,00	1.044.875,01		1.044.875,01
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	274.043,09	1.930.295,81		2.204.338,90
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	9.407.990,43		9.407.990,43
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	2.634.237,64		2.634.237,64
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	416.680,89		416.680,89
Cessação do cargo	0,00	435.500,16		435.500,16

Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Memória de Cálculo: 209/12=17,42	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Memória de Cálculo: 99/12=8,25		
Total da remuneração	1.644.258,61	22.327.993,62		23.972.252,23

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Conforme Política de Remuneração da Companhia, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal fazem jus apenas a uma remuneração fixa. Desta forma, a tabela abaixo apresenta as informações da remuneração variável referentes à Diretoria Estatutária.

Diretoria Estatutária	2020 Proposta	2019 Realizado	2018 Realizado	2017 Realizado
Nº total de membros	6,5	6,92	8,00	8,25
Nº de membros remunerados	6,5	6,92	8,00	8,25
Total da Remuneração Variável	0,00	4.372.251	7.501.865	12.042.228
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	2.523.456,00	3.424.958	5.185.908	7.218.704
Valor máximo previsto no plano de remuneração	8.411.520,00	11.416.526	17.286.360	24.062.348
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	4.411.520,00	5.708.263	8.643.180	12.031.174
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	4.372.251	7.501.865	12.042.228
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração		-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas		-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social		-	-	-

13.7. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, tendo em vista a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	n/a	5 (5 são participantes da Braslight, 2 no Plano C e 3 no Plano D)
Nome do plano		Plano C e Plano D
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar		0 (sendo aposentadoria normal no Plano C) 0 (sendo aposentadoria normal no Plano D)
Condições para se aposentar antecipadamente no Plano C		Mínimo de 45 anos de idade e de 36 meses de serviço creditado (tempo de serviço ininterrupto na patrocinadora).
Condições para se aposentar antecipadamente no Plano D		Ter pelo menos 50 anos completos e sua inscrição no Plano ou contrato de trabalho com sua patrocinadora contar com, pelo menos, 3 anos completos de vigência
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores		R\$ 1.948.336,07 (*) (***) Considerado as contribuições relativas aos 8 participantes *Posição em 31/12/2018
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores		R\$ 587.276,76(*) (***) *Posição de 01/01/2018 a 31/12/2018
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o atual exercício social, descontada a parcela relativa		R\$ 685.990,32 (**) (***) Considerado as contribuições relativas aos 5 participantes

às contribuições feitas diretamente pelos administradores		*Posição saldos até 31/12/2019
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o atual exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores		R\$ 307.315,19(**) (***) *Posição de 01/01/2019 a 31/12/2019
Possibilidade de resgate antecipado e condições		O resgate é sempre possível. Seu valor corresponde a: [100% do saldo da conta individual do participante (resultante das contribuições feitas pelo participante)] + [um percentual da conta individual da patrocinadora (resultante das contribuições feitas pela patrocinadora) dado por 50% mais 0,5% por cada mês de vinculação ao Plano, limitado a 80%] + [100% dos recursos portados de entidades abertas].

(*) Montante apurado com base nas cotas de 31/12/2018 dos Planos C e D.

(**) Montante apurado com base nas cotas de 31/12/2019 dos Planos C e D.

(***) Considerado 100% das Contribuições da Patrocinadora (diretores da empresa Light SESA e Light S.A.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	6,92	8,00	8,25	10,92	16,58	17,42	6,25	5,67	0,00
Nº de membros remunerados	6,92	8,00	8,25	9,42	12,75	13,92	4,75	5,67	0,00
Valor da maior remuneração (R\$)	1.858.159,18	3.482.990,98	2.769.461,24	384.842,77	294.840,00	268.233,60	80.959,64	92.416,39	0,00
Valor da menor remuneração (R\$)	1.574.086,81	2.363.713,52	2.529.402,23	241.619,60	72.672,24	70.448,64	80.290,56	39.286,12	0,00
Valor médio da remuneração (R\$)	2.322.139,75	2.848.757,15	2.706.423,47	225.958,65	129.376,72	118.122,03	101.738,02	85.896,12	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os valores da maior e da menor remuneração individual foram calculados nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. Para apuração da menor remuneração anual do órgão foram excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro com a maior remuneração exerceu suas funções por 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados.
31/12/2018	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os valores da maior e da menor remuneração individual foram calculados nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. Para apuração da menor remuneração anual do órgão foram excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro com a maior remuneração exerceu suas funções por 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados.
31/12/2017	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os valores da maior e da menor remuneração individual foram calculados nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. Para apuração da menor remuneração anual do órgão foram excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro com a maior remuneração exerceu suas funções por 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados

Conselho de Administração	
31/12/2019	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os valores da maior e da menor remuneração individual foram calculados nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. Para apuração da menor remuneração anual do órgão foram excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses, não houve nenhum membro para cálculo de menor remuneração com os critérios exigidos. O membro com a maior remuneração exerceu suas funções por 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados.
31/12/2018	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os valores da maior e da menor remuneração individual foram calculados nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. Para apuração da menor remuneração anual do órgão foram excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro com a maior remuneração exerceu suas funções por 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados

31/12/2017	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os valores da maior e da menor remuneração individual foram calculados nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. Para apuração da menor remuneração anual do órgão foram excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro com a maior remuneração exerceu suas funções por 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados.
-------------------	---

Conselho Fiscal	
31/12/2019	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os valores da maior e da menor remuneração individual foram calculados nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. Para apuração da menor remuneração anual do órgão foram excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 8 meses. O membro com a maior remuneração exerceu suas funções por 8 meses. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados
31/12/2018	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os valores da maior e da menor remuneração individual foram calculados nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. Para apuração da menor remuneração anual do órgão foram excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro com a maior remuneração exerceu suas funções por 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados
31/12/2017	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os valores da maior e da menor remuneração individual foram calculados nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. Para apuração da menor remuneração anual do órgão foram excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro com a maior remuneração exerceu suas funções por 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Os Diretores da Companhia destituídos do cargo pelo Conselho de Administração, exceto na hipótese prevista no item 13.1.g, ou por término do prazo do mandato, fazem jus a:

- 1) Extensão do Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida por até 1 (um) ano contados da data da Rescisão, ou até que o Diretor seja reinserido no mercado de trabalho, o que for menor, sendo certo, neste último caso, que o Diretor deverá comunicar a Light acerca de sua reinserção no prazo máximo de 10 dias após a assinatura de novo Contrato de Trabalho e/ou eleição para o exercício de outro cargo em órgão da administração de outra empresa;
- 2) Remuneração Variável Anual proporcional ao tempo de mandato cumprido, respeitado o previsto na Cláusula 2.2 (b) supra, de acordo com o resultado de alcance das metas globais definidas pelo Conselho de Administração, do exercício;
- 3) Indenização correspondente a 30 dias mais 3 dias por ano trabalhado, da remuneração fixa vigente à época da Rescisão, limitado a 90 dias;
- 4) Indenização pelo período de não utilização da licença remunerada, considerando, inclusive, o período proporcional ao tempo inferior a 12 meses;
- 5) Gratificação anual proporcional ao tempo trabalhado no ano considerando os dias pagos no item 4.2.1.4.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho fiscal
2019	100%	100%	100%
2018	100%	100%	100%
2017	100%	100%	0%

Para maiores informações sobre a remuneração global dos administradores da Companhia, objeto de rateio entre as demais sociedades integrantes do grupo Light, vide seção 13.15 deste Formulário de Referência.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, pois os Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria recebem uma remuneração global rateada entre a Companhia, a Light S.A. e a Light Energia S.A., na proporção de 80/10/10 respectivamente, quando eleitos pelas três sociedades e 90/10 respectivamente, quando eleitos pela Companhia e por sua controladora direta, Light S.A.

Exercício social 2019 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

2019 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor				
- Light S.A.	537.615,42	4.481.763,26	300.049,26	5.319.427,94
- Light Energia	265.971,85	1.073.266,15	0,00	1.339.238,00
Sociedade sob controle comum				6.658.665,94

Exercício social 2018 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

2018 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor				
- Light S.A.	891.339,55	2.648.731,36	702.620,03	4.242.690,94
- Light Energia	206.147,34	1.240.765,85	0,00	1.446.913,19
Sociedade sob controle comum				5.689.604,13

Exercício social 2017 – demais remuneração recebidas, especificando a que título foram atribuídas

2017 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor				
- Light S.A.	734.636,54	2.677.566,54	1.036.329,90	4.448.532,98
- Light Energia	205.533,00	1.428.033,00	0,00	1.690.860,00
Sociedade sob controle comum				6.139.392,98

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não identificamos outras informações relevantes referentes ao item 13 além das apresentadas nos subitens anteriores.